

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE DIPLOMAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

**ARQUITETURA HABITACIONAL: CENTRO DE ACOLHIMENTO E APOIO PARA PESSOAS EM  
VULNERABILIDADE SOCIAL EM CUIABÁ-MT**

**ANA PAULA DIAS DE CAMPOS**

**PROF. MSC. DIANA CAROLINA JESUS DE PAULA**

Várzea Grande (MT), julho de 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE DIPLOMAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

**ARQUITETURA HABITACIONAL: CENTRO DE ACOLHIMENTO E APOIO PARA PESSOAS EM  
VULNERABILIDADE SOCIAL EM CUIABÁ-MT**

**ANA PAULA DIAS DE CAMPOS**

Monografia apresentada ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Várzea Grande (MT), como requisito parcial para obtenção do título de Graduado em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Msc. Diana Carolina Jesus de Paula

Várzea Grande (MT), julho de 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE DIPLOMAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Título:** ARQUITETURA HABITACIONAL: CENTRO DE ACOLHIMENTO E APOIO PARA PESSOAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL EM CUIABÁ-MT

**Aluno:** ANA PAULA DIAS DE CAMPOS

**Orientador:** PROF. MSC. DIANA CAROLINA JESUS DE PAULA

Aprovado em 06 de julho de 2021.

*Carmelina S. de Moraes*

Prof. Msc. Carmelina Suquerê de Moraes  
Coordenadora do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Banca Examinadora:



---

**Prof. Msc. Diana Carolina Jesus de Paula**  
Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG  
Orientador



---

**Prof. Dra. Natallia Sanches e Souza**  
Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG  
Examinador Interno



---

**Prof. Dra. Fernanda Miguel Franco**  
Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT  
Examinador Externo

Este trabalho é todo dedicado a quem me apoiou, aos que me ajudaram, à minha **Família** e a **DEUS**.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a **DEUS**, à minha família, aos meus amigos todo incentivo apoio para realização do meu sonho, aos meus orientadores e professores nessa caminhada da universidade e agradeço minha orientadora **Diana Carolina Jesus de Paula** todo apoio, conselhos e orientação para conclusão dessa etapa. Meu muito obrigada e gratidão a todos que apoiaram.

## RESUMO

CAMPOS, Ana Paula. **Título do Trabalho: Arquitetura Habitacional: Centro de Acolhimento e Apoio para pessoas em vulnerabilidade social em Cuiabá-MT** Ano: 2021 Número de folhas 139. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário de Várzea Grande, Várzea Grande, 2021.

Pessoas em situação de rua podem ser definidas como aquelas que não têm acesso ou não conseguem ter uma moradia adequada, adaptada à sua situação pessoal, permanente e que proporcione um quadro estável de convivência, seja por razões econômicas ou outras barreiras sociais, ou porque apresentam dificuldades pessoais desenvolver uma vida autônoma. Para que os moradores de rua possam ter um local de apoio para dormir, para ter uma alimentação saudável e receber outros serviços, foram criados os Centro de Acolhimento e apoio para pessoas em vulnerabilidade social. O Centro de Acolhimento está localizado cidade de Cuiabá – MT, na Av. A com Rua N e Rua K., Bairro Terra Nova, o terreno possui área de aproximadamente 17.932,68 m<sup>2</sup>, ao entorno possui comercio, residencial e o Parque da Família ao lado do local de estudo. Os procedimentos metodológicos utilizados foram através do levantamento bibliográfico, visitas técnicas *in loco* para elaboração do programa de necessidades e definição da concepção projetual, e estudo de projetos de referências sobre a temática. Como resultado da proposta, é proporcionar um local seguro para alojamento e apoio para os moradores de rua, o programa apresenta uma modelo de reinserção na sociedade, ajudando com alimentação saudável, salas de estudos e cursos profissionais. Concluindo, a proposta é de suma importância para cidade de Cuiabá – MT, por se tratar de um espaço de apoio, garantindo qualidade na arquitetura contemporânea e minimalista, conforto térmico, premissas de sustentabilidade e integração, é finalidade é os moradores sentir- se em casa, ambiente agradável e sem preconceitos.

**Palavras Chave:** Moradores de Rua. Bem-estar. Conforto.

## SUMÁRIO

RESUMO.....	7
LISTA DE FIGURAS.....	10
LISTA DE TABELAS.....	13
1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1. Justificativa.....	18
1.2. Objetivos.....	20
1.2.1. Objetivo geral.....	20
1.2.2. Objetivos específicos.....	20
1.3. Problema.....	21
1.4. Metodologia.....	24
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	27
2.1 Direito à moradia e Acolhimento para pessoas em Vulnerabilidade social.....	27
2.2 Vivência nas ruas e Saúde.....	29
2.2.1 Arquitetura e a Vivência na Rua.....	39
2.3 Benefícios Ambientais/ Função/ Social.....	45
2.4 Centro de acolhimento para moradores de rua.....	51
2.5 Associação dos Catadores em Várzea Grande – ASSACAVAG.....	51
2.6 Arquitetura - Influência do espaço construído para moradores de rua.....	53
3 CONDICIONANTES LEGAIS E INSTITUCIONAIS.....	56
4 REFERÊNCIAS PROJETUAIS.....	60
4.1 Projeto de referência internacional: Centro comunitário Woodcroft, Austrália.....	60
4.2 Projeto Internacional: Habitação Estados Unidos - Bud Clark Commons, Estados Unidos.....	62
4.3 Projeto internacional: Centro comunitário La Queue du Léopard, França.....	65
4.4 Projeto Internacional: Centro Comunitário de La Serena, Chile.....	67
4.5 Projeto Nacional: Oficina Boracea, São Paulo.....	69
4.6 Projeto Nacional: Albergue da Boa Vontade, Rio de Janeiro.....	71
4.7 Análise das referências.....	73
5. CONDICIONANTES DE PROJETO.....	79
5.1. Aspectos urbanos.....	79

5.2	Uso do solo e atividades existentes.....	85
5.3	Perfil Socioeconômico de Cuiabá – Bairro Terra Nova.....	88
5.4	Microclima – Clima e Insolação.....	89
5.4.1	Ventos.....	90
5.4.2	Vegetação.....	91
5.5	Levantamento fotográfico do terreno.....	91
5.6	Aspectos funcionais.....	93
5.6.1	Sistema Construtivo – Controle Solar - Brises Móveis.....	94
5.6.2	Resfriamento Evaporativo.....	95
5.6.3	Sombreamento.....	95
5.6.4	Iluminação Natural.....	96
5.6.4	Ventilação Natural e Cruzada.....	96
6.	PROPOSTA PROJETO.....	98
6.1.	Processo de Projeto - Partido arquitetônico/urbanístico.....	98
6.2.	Paisagismo.....	108
6.3.	Ensaio Gráficos.....	111
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
8.	REFERÊNCIAS.....	137

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pessoas morando em logradouro público.....	30
Figura 2 - Moradores de rua usando crack.....	31
Figura 3 - Trabalhadores de rua.....	32
Figura 4 - Gutierrez Fernandes, de 98 anos.....	33
Figura 5 - Projeto busca ajudar moradores de rua.....	33
Figura 6 - Família de moradores de rua.....	34
Figura 7 - Trechos de reportagens sobre moradores de rua.....	35
Figura 8 - População invisível.....	36
Figura 9 - Moradores de rua se alimentando.....	37
Figura 10- Bancos com impedimentos para moradores de rua dormir.....	41
Figura 11 - Banco de Camden de Londres.....	42
Figura 12 - Bancos públicos em Londres.....	43
Figura 13 - Banco com sistema "antimendigos" em Londres.....	44
Figura 14 – ASSACAVAG.....	52
Figura 15 - ASSACAVAG.....	52
Figura 16 - Planta baixa do Centro comunitário Woodcroft.....	61
Figura 17 - Centro Comunitário Woodcroft.....	61
Figura 18 - Espaço interno do Centro Comunitário Woodcroft.....	61
Figura 19 - Espaço externo do Centro Comunitário Woodcroft.....	61
Figura 20 - Espaço externo do Centro Comunitário Woodcroft.....	61
Figura 21 - Bud Clark Commons.....	62
Figura 22 - Área comum Bud Clark Commons.....	62
Figura 23 - Área comum e academia Bud Clark.....	62
Figura 24 - Moradia permanente Bud Clark.....	63
Figura 25 - Área comum externa Bud Clark.....	63
Figura 26 - Área comum interna Bud Clark.....	63
Figura 27 - Abrigo, 1º andar: Bud Clark commons.....	64
Figura 28 - Centro diurno, 2º andar: Bud Clark Commons.....	64
Figura 29 - Centro diurno, 3º andar: Bud Clark commons.....	64

Figura 30 - habitação, 4º andar: Bud Clark commons.....	64
Figura 31 - Habitação, 5º, 6º, 7º e 8º andares: Bud Clark.....	65
Figura 32 - Espaço para esporte Centro Comunitário La Queue du Lézard.....	65
Figura 33 - Vista externa Centro Comunitário La Queue du Lézard.....	66
Figura 34 - Projeto Centro Comunitário La Queue du Lézard.....	66
Figura 35 - Biblioteca de jogos Centro Comunitário.....	68
Figura 36 - Ambiente interno Centro comunitário.....	68
Figura 37 - Praça Centro comunitário La Serena.....	68
Figura 38 - Vista externa centro comunitário.....	68
Figura 39 - Projeto do Centro comunitário La Serena, Chile.....	69
Figura 40 - Oficina Boracea vista de cima.....	69
Figura 41 - Recepção da Oficina Boracea.....	63
Figura 42 - Dormitório para acolhida provisória Oficina Boracea.....	70
Figura 43 - Espaço coletivo Oficina Boracea.....	70
Figura 44 - Albergue da Boa vontade.....	71
Figura 45 - Fachada do Albergue da Boa vontade.....	71
Figura 46 - Pátio Interno do Albergue da Boa vontade.....	72
Figura 47: Localização Espacial.....	80
Figura 48: Localização.....	81
Figura 49: Entorno – Raio de 1km.....	83
Figura 50: Entorno – Raio de 3km.....	84
Figura 51: Zoneamento.....	92
Figura 52: Vistas do terreno – Av. A Principal.....	92
Figura 53: Vistas do terreno – Rua N.....	92
Figura 54: Vistas do terreno – Av. A Principal.....	92
Figura 55: Vistas do terreno – Rua k.....	93
Figura 56: Estudo Solar.....	94
Figura 57: Brises Verticais.....	94
Figura 58: Brises Verticais, ângulo de rotação.....	94
Figura 59: Implantação primeiros estudos.....	111
Figura 60: Implantação primeiros estudos.....	112
Figura 61: Implantação primeiros estudos.....	113

Figura 62: Implantação Final.....	114
Figura 63: Planta Baixa Alojamento/ Adm.....	115
Figura 64: Planta Baixa Alojamento/ Adm. Humanizada.....	116
Figura 65: Planta Baixa Alojamento/ Adm Cobertura.....	117
Figura 65: Planta Baixa Alojamento/ Adm. Corte.....	118
Figura 66: Planta Baixa Alojamento/ Adm Fachada.....	119
Figura 67: Planta Baixa Cozinha.....	120
Figura 68: Planta Baixa Cozinha -Cobertura.....	121
Figura 67: Planta Baixa Refeitório – Volumetria.....	122
Figura 68: Planta Baixa Profissional.....	123
Figura 67: Perspectiva.....	124
Figura 68: Perspectiva.....	125
Figura 70: Perspectiva.....	126
Figura 72: Perspectiva.....	127
Figura 73: Perspectiva.....	128
Figura 74: Perspectiva.....	129
Figura 75: Perspectiva.....	130
Figura 76: Perspectiva.....	131
Figura 77: Perspectiva.....	132
Figura 78: Perspectiva.....	133
Figura 79: Perspectiva.....	134
Figura 80: Perspectiva.....	135

## LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – SÍNTESE ANÁLISE COMPARATIVA DOS PROJETOS REFERENCIAIS.....	75
TABELA 02: ÍNDICES URBANÍSTICOS.....	86
TABELA 03: ÍNDICES URBANÍSTICOS.....	87
TABELA 04: PERFIL SOCIOECONÔMICO DE CUIABÁ – BAIRRO TERRA NOVA.....	88
TABELA 05: PRÉ-DIMENSIONAMENTO SETOR ADMINISTRATIVO.....	99
TABELA 06: PRÉ-DIMENSIONAMENTO SETOR DE ATENDIMENTO AO PACIENTE.....	99
TABELA 07: PRÉ-DIMENSIONAMENTO SETOR PARA ACOLHIMENTO.....	100
TABELA 08: PRÉ-DIMENSIONAMENTO SETOR PROFISSIONAL.....	100
TABELA 09: PRÉ-DIMENSIONAMENTO SETOR ALIMENTAÇÃO E APOIO LOGÍSTICO.....	101
TABELA 10: PRÉ-DIMENSIONAMENTO SETOR DE SERVIÇOS.....	101
TABELA 11: PRÉ-DIMENSIONAMENTO SETOR DE LAZER E CONVIVÊNCIA.....	102
TABELA 12: TABELA DE PAISAGISMO.....	108

# Capítulo 1

## 1. INTRODUÇÃO

A temática desta pesquisa manifesta-se a partir da observação e reflexão acerca da realidade de pessoas em vulnerabilidade social, ou seja, grupo de indivíduos que estão à margem da sociedade, é importante mencionar que é um fenômeno que tem uma presença milenar, e que sempre foi permeado pelas lógicas sociais de governança, religião, cultura e economia. As representações dessa população foram tão diversas que dificultaram a abordagem e a compreensão Cerqueira (2019, p.30).

De acordo com Viera (1978, p.10), na Idade Média, os moradores de rua “serviam” como uma forma de salvação para os mais abastados, pois, era uma maneira para a prática da caridade. Relevante pontuar igualmente que ocorreu a descentralização da produção industrial na Inglaterra, depois de 1830, isso foi propagado velozmente pelo mundo, contudo sua cadência e progresso ocorreram fundamentados nas condições econômicas, sociais e culturais de cada país.

Existe uma percepção de que as pessoas que ficaram sem teto são “difíceis de abrigar”. Além disso, a habitação é comumente entendida como o estágio final no processo de reintegração após a falta de moradia. Isso significa que os sem-teto são frequentemente classificados como “sem preparação” para moradia. Isso pode, compreensivelmente, criar incerteza e apreensão por parte dos profissionais de habitação. No entanto, a realidade é que milhares de famílias que antes eram sem-teto foram alojadas com sucesso no setor de habitação social Silva (2017, p.12). O acesso a soluções de habitação permanente tem demonstrado levar a resultados positivos de estabilidade residencial para ex-moradores de rua, bem como fornece uma base sólida para atender outras necessidades sociais e de saúde. Portanto, um centro de acolhimento visa quebrar mitos relativos à habitação para pessoas sem-teto, considerando questões-chave em diferentes estágios no desenvolvimento e gestão de soluções habitacionais para moradores de rua, bem como definindo os respectivos papéis e responsabilidades das diferentes partes interessadas Silva (2017, p.26).

Diante das várias intervenções arquitetônicas e urbanas, diversos estudos mostram que a qualidade dos projetos e do espaço construído interfere no uso, na frequência, nos aspectos sociais, econômicos, psicológicos e culturais dos usuários. Para uma boa arquitetura de habitação social e a qualidade de vida dos usuários, são necessários diálogos entre o tempo de projeto e o tempo de uso social ou a percepção do usuário sobre o espaço construído.

Viver na rua é um problema que vai além da falta de moradia. Ter uma casa significa ter raízes, identidade, segurança, sentimento de pertença e um lugar de bem-estar emocional. As transformações vividas pelas sociedades ocidentais, por meio dos processos de exclusão e inclusão social, produziram diversos grupos, mais ou menos marginalizando a população em situação de rua. A população que mora na rua, trata-se de um grupo que tem em comum a extrema pobreza, o rompimento ou fragilização dos laços familiares e a falta de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros e áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, temporária ou permanentemente, como bem como unidades de albergue público para pernoite temporário.

Pode-se afirmar que o surgimento da população em situação de rua é um dos reflexos da exclusão social, que a cada dia atinge e prejudica uma quantidade maior de pessoas que não se enquadram no atual modelo econômico, o qual exige do trabalhador uma qualificação profissional, embora essa seja inacessível à maioria da população. É inegável que a cada ano mais indivíduos utilizam as ruas como moradia, fato desencadeado em decorrência de vários fatores: ausência de vínculos familiares, desemprego, violência, perda da autoestima, alcoolismo, uso de drogas, doença mental, entre outros fatores (CERQUEIRA, 2019, p.24).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS e Combate à Fome realizou entre os anos de 2007 e 2008 uma pesquisa em 71 cidades brasileiras com população superior a 300 mil habitantes, abrangendo as capitais exceto (São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre). Essa pesquisa, mostrou que há 31.922 indivíduos que utilizam as ruas como moradia, no entanto, esses números são bem maiores, pois algumas cidades não se incluíram na pesquisa.

Os municípios brasileiros que possuem mais moradores em situação de rua são: Rio de Janeiro (4.585), Salvador (3.289), Curitiba (2.776), Brasília (1.734), Fortaleza (1.701), São José dos Campos (1.633), Campinas (1.027), Santos (713), Nova Iguaçu (649), Juiz de Fora (607) e Goiânia (563). Entre a população em referência predominam as pessoas do sexo masculino (82%), com idade entre 25 e 44 anos (53%) e que nunca estudaram ou não concluíram o ensino fundamental (63,5%). Em relação à cor, 39,1% são pardos, 27,9% negros, 29,5% brancos, 1,3% indígenas, 1% amarelo oriental e 1,2% de cor não identificada Ministério do Desenvolvimento Social - MDS (2008).

Este estudo acerca da população em situação de rua teve motivação quando observado nas diversas partes da cidade as condições deletérias que essa comunidade está subordinada no dia a dia. É fácil de perceber quando se desloca pela cidade a presença cada vez maior dessa parcela da sociedade que subsistem em condições tão precárias, isso tudo associado ainda a violência, discriminação sem perspectivas que possam motivá-los a terem uma nova oportunidade e dessa forma saírem dessa situação em vivem.

Desta forma, o trabalho visa o enfoque a população refugiada e pessoas em situação de rua. A questão do refúgio vem sendo amplamente discutida no mundo devido a migração de pessoas que deixam seus países de origem fugindo de conflitos armados, guerras, perseguições político-religiosas em busca de refúgio, oportunidades, boas condições de trabalho e melhor qualidade de vida em um novo lugar. Exigindo assim, melhores políticas públicas que abriguem esses indivíduos nos mais diversos países. Em um levantamento realizado no ano de 2018, estipula que Cuiabá recebeu 627 migrantes venezuelanos, sendo 179 encaminhados pelo programa de interiorização do governo Federal e entidades parceiras e essa quantidade de pessoas com o passar dos anos aumenta SAGGIN (2019).

É grande importância para a sociedade, a temática proposta, Arquitetura Habitacional, centro de acolhimento e apoio para pessoas em vulnerabilidade social em Cuiabá - MT, visto que, é uma preocupação em nível nacional e ocorre em várias cidades

brasileiras. O projeto arquitetônico visa o desenvolvimento social para atender às demandas locais e necessidades básicas, bem-estar, conforto e saúde, dispondo de acomodações e alimentação para essas pessoas que estão excluídas das comunidades

## **1.1. Justificativa**

Tradicionalmente, o modelo de crescimento brasileiro tem se caracterizado pela exclusão social de parcelas crescentes da sociedade, causada principalmente por uma distribuição de renda desigual, onde uma pequena parcela da população tem acesso à maior parte da renda e riqueza, incluindo moradia adequada, infraestrutura urbana e outros serviços básicos como educação e saúde, enquanto a grande maioria da população está privada do acesso a essas necessidades básicas mínimas.

Nas últimas décadas, o processo de exclusão social no Brasil tem sido acompanhado por crescentes taxas de urbanização e segregação espacial de minorias e população de baixa renda em favelas e assentamentos ilegais, localizados tanto em cidades centrais quanto nas periferias das grandes metrópoles. O crescimento das cidades e da economia urbana, fenômeno que teve início com a Revolução Industrial e que permanece latente até os dias atuais, além do progresso tecnológico e do desenvolvimento econômico, provocou um crescente processo de exclusão social, de modo que cada vez mais, diversos grupos minoritários têm sido excluídos do pleno acesso aos serviços públicos e ao crédito, e de diversos outros direitos. A exclusão social, como regra, está atrelada a um processo de segregação territorial, na medida em que os indivíduos e grupos excluídos da economia urbana formal são forçados a viver em condições precárias nas periferias das cidades ou em áreas não urbanizadas (COSTA, 2005, p.02).

O aparecimento da população de rua é algo antigo, alguns estudos apontam que no século V, já existiam pessoas itinerantes que ficavam perto dos feudos, lutando pela sobrevivência. São vários os motivadores que fazem com que as pessoas cheguem a essa realidade tal como: problemas psicológicos, problemas na família, problemas com drogas e álcool, desemprego. Uma vez

excluídos da sociedade, esses indivíduos perdem a expectativa na sua vida, passando a viver uma situação de sobrevivência, sem nenhuma esperança ou ainda sonhos de uma vida melhor, e dessa forma procuram por lugares nas ruas e avenidas, transformando-as em seus lares. Esse problema envolvendo a população em situação de rua não é algo exclusivo das cidades do Brasil, mas sim em vários países Silva (2017, p.20).

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MSD, o acolhimento social (2009), está caracterizado como um serviço de alta complexidade como: Acolhimento provisório com estrutura para acolher com privacidade pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar. É previsto para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento (MSD, 2013, p.41).

A população em situação de rua teve um crescimento de mais de 100% se comparado com anos anteriores, chegando a um número de mais de duzentos mil pessoas em 2020, podendo ter um aumento decorrente da crise na economia instaurada pela disseminação do Covid-19. Pessoas em vulnerabilidades como moradores de rua apresentam maior risco de contrair a patologia devido à falta de informação, higiene e necessidade de apoio das pessoas, além de estarem expostas a doenças respiratórias.

Em Cuiabá, foi realizado uma pesquisa pelo projeto “Quero te Conhecer”, da Secretaria Municipal de Assistência Social em 2018, e apontou que existem 150 moradores de ruas cadastrados no programa de acolhimento social, sendo que em 2017 referia-se há 125 pessoas cadastradas, assim em 2018 essa taxa aumentou em 20% e atualmente entre 2020 à 2021, obteve um crescimento levando em consideração a crise atual econômica, a pandemia e esse momento de fragilidades nas famílias por falta de recursos e perdas de vínculos familiares. O Aumento da pobreza urbana, crime, discriminação social e a segregação espacial dentro das cidades, afeta negativamente a qualidade ambiental e as condições de vida da população urbana, especialmente dos pobres, aumenta a necessidade de abrigo adequado e serviços de infraestrutura urbana e exige um desenvolvimento urbano e políticas sociais mais eficientes e melhor direcionadas.

É importante verificar e compreender a importância da Arquitetura para um Centro de Apoio Social e Moradia aos moradores de ruas no município de Cuiabá – Mato Grosso. Com a finalidade de estabelecer e implementar locais seguros para acolhimento das pessoas em situação de vulnerabilidade social, assim, desempenhando função social, integração à saúde e cultura e estabelecendo programas para aprendizado e profissões, assim contribuindo para a reinserção na sociedade.

## **1.2. Objetivos**

### **1.2.1. Objetivo geral**

Propor um projeto arquitetônico para um Centro de Acolhimento e apoio a Pessoas em Vulnerabilidade Social em Cuiabá-MT.

### **1.2.2. Objetivos específicos**

- Desenvolver pesquisas pertinentes ao tema;
- Realizar um levantamento fotográfico da situação atual dos moradores de rua em Cuiabá-MT.
- Estudar possíveis problemas ou motivos que levam as pessoas para residir em ruas;
- Promover um centro de qualificação e tratamento para pessoas que moram na rua.

### 1.3. Problema

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2020) o número de pessoas em situação de rua no Brasil cresceu 140% entre 2012 e março de 2020, chegando a quase 222 mil pessoas:

Além de atualizar dados sobre esse grupo social, fez duas pesquisas recém-concluídas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA alertam: a propagação do novo coronavírus aumenta a vulnerabilidade de quem vive na rua e exige atuação mais intensa do poder público. O estudo “Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil” utilizou dados de 2019 do censo anual do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas), que conta com informações das secretarias municipais, e do Cadastro Único (CadÚnico) do governo federal. A análise constatou que a maioria dos moradores de rua (81,5%) está em municípios com mais de 100 mil habitantes, principalmente das regiões Sudeste (56,2%), Nordeste (17,2%) e Sul (15,1%). “O tamanho do município, bem como seu grau de urbanização e de pobreza estão associados ao número de pessoas morando nas ruas, o que indica a necessidade de políticas públicas adequadas a essas cidades”. IPEA - NATALINO (2020).

Ainda de acordo com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2020), em março de 2020, o número estimado de pessoas em situação de rua no Brasil era de 221.869. No momento, entende-se ser março de 2020 uma boa linha de base para averiguar a evolução do fenômeno nesse período de calamidade pública. Análises preliminares de dados diários do Cadastro Único indicam a possibilidade de já observarmos algum efeito da pandemia nos últimos dados disponíveis em março, entretanto.

Com base nas respostas obtidas pela Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, foi possível realizar um gráfico que aponta o perfil dos moradores em situação de rua, onde pode-se identificar as razões para a ida a rua, formação escolar e as características socioeconômicas dentre outros dados. Pode se destacar que 35,5% dos moradores de rua, acabaram nessa situação pelo vício com álcool ou drogas, 29,8% por conta do

desemprego e 29,1% através de desavenças ou brigas entre familiares. Com isso, 82% das pessoas afetadas são homens, e 53% deles têm idades entre 22 e 44 anos. Quando se trata da formação escolar, 48,4% das pessoas como um todo possuem somente o 1 grau incompleto, onde 15,1% nunca estudou e somente 10,3% tem o 1 grau completo.

Pode se afirmar que a população que mais é afetada e corre o risco de parar em situação de rua e vulnerabilidade, sofre de um problema social que é atinge suas famílias desde a sua formação primária, onde a grande maioria não consegue avançar nos estudos, afetados pela desigualdade, onde o vício determina que quase um terço dessas pessoas fiquem nessa situação, outras por falta de emprego e oportunidade de trabalho ou problema na estruturação familiar.

Segundo a legislação brasileira, o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, dá outras providências.

**Art. 1º** Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto.

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de **moradia** convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

**Art. 7º** São objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

I - Assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;

II - Garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;

É importante aprofundar em legislações brasileiras, porque é um direito dos moradores de ruas terem acesso a programas de moradia provisória, conforme declarado em lei Nacional, como: habitação popular, repúblicas, pensão e é dever do estado propor programas que contribuam para dignidade, saúde e lazer. O artigo 8º do Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, institui a moradia como um padrão básico de todos e assegura o acolhimento temporário para pessoas em vulnerabilidade em situação de rua, conforme apresentando no trecho abaixo.

**Art. 8º** O padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário deverá observar limite de capacidade, regras de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de acolhimento nas áreas urbanas, respeitado o direito de permanência da população em situação de rua, preferencialmente nas cidades ou nos centros urbanos.

§ 1º Os **serviços de acolhimento temporário** serão regulamentados nacionalmente pelas instâncias de pactuação e deliberação do Sistema Único de Assistência Social.

§ 2º A estruturação e reestruturação de serviços de acolhimento devem ter como referência a necessidade de cada Município, considerando-se os dados das pesquisas de contagem da população em situação de rua.

§ 3º Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social, fomentar e promover a reestruturação e a ampliação da rede de acolhimento a partir da transferência de recursos aos Municípios, Estados e Distrito Federal.

Em sua grande maioria, não tem nenhum acesso aos serviços de saúde, e são geralmente dependentes de Organizações não governamentais, voluntários e de instituições assistenciais. Socialmente, os integrantes que compõe essa parcela da população são julgados por em geral desempenharem funções ou terem ocupações subvalorizadas, então acabam agrupando-se na busca por

sobrevivência, pois internamente nos grupos, são aceitos numa condição de igualdade. Dessa forma surge a questão norteadora do presente estudo: de que forma um projeto arquitetônico pode contribuir em relação aos moradores de rua oferecendo um espaço com qualidade arquitetônica moderna, eliminando barreiras, oportunizando inclusão, com um partido arquitetônico inovador?

De tal forma, que através de um amplo projeto, pode proporcionar grandes e significativas reestruturação física e social em cada uma dessas pessoas que se encontra nessa situação, um espaço que atenderá muito além das expectativas, mudando todo conceito de uma simples casa de abrigo, para um lar, uma escola, um parque de diversão, uma casa que encontra de tudo o que foi perdido ou tirado pelas circunstâncias da vida.

#### **1.4. Metodologia**

No presente estudo optou-se pela pesquisa exploratória que conforme Gil (2010), dá possibilidade ao pesquisador a cobertura de uma variedade de fenômenos maior, além de ter como base material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos. O sujeito de pesquisa são os moradores de rua, onde o presente estudo buscará entender o problema de pesquisa, que é a falta de um espaço com estrutura adequada para atender a demanda desse grupo de pessoas, dessa forma o presente estudo será concluído após realizar uma análise documental e revisão bibliográfica.

A escolha da metodologia qualitativa ocorreu por considerar os aspectos subjetivos da temática, levantado através da pesquisa bibliográfica por meio digital, conteúdos imprescindíveis para o entendimento e que proporcionam acrescentar conhecimentos. A pesquisa exploratória visa conhecer a temática do centro de tratamento e reintegração de animais abandonados e sua relação com a arquitetura (GIL, 2010). Com intuito de obter resultados é adotado também a pesquisa descritiva, Silva (2015, p. 51), a pesquisa descritiva “aborda também quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais,

objetivando o seu funcionamento no presente”. Outro instrumento adotado é coleta de dados um quantitativo, para compreender e interpretar os comportamentos das pessoas.

Os conceitos e parâmetros analisados na temática foram, pesquisas teóricas, bibliográficas estruturadas em artigos, pesquisas em trabalho de conclusão de curso TCC/ TFG, entre outras abordagens. Os principais autores que contribuíram com o trabalho foram: Aquino (2009), Barros (2014), Carvalho (2014), Gomes e Steinberger (2016), Zürcher (2015), Zimmerman (2013) entre outros autores.

# Capítulo 2

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

O referencial teórico é um processo de levantamento de dados e informações para o desenvolvimento do tema proposto Arquitetura Habitacional: Centro de Acolhimento e Apoio para Pessoas em Vulnerabilidade Social em Cuiabá – MT, apoia-se nos seguintes argumentos: Direito à moradia, Dados de Levantamento de Pesquisa, Políticas sociais voltadas para moradores de ruas, Centro de acolhimento para pessoas com moradores de rua,

### **2.1 Direito à moradia e Acolhimento para pessoas em Vulnerabilidade social**

O direito à moradia é um direito social, conforme a Constituição Federal no Brasil conforme art. 6º. As áreas rurais e urbanas nos grandes e pequenos centros têm sido enormes. O crescimento das cidades e da economia urbana, fenômeno que teve início com a Revolução Industrial e que permanece latente até os dias atuais, além do progresso tecnológico e do desenvolvimento econômico, provocou um crescente processo de exclusão social, de modo que cada vez mais, diversos grupos minoritários têm sido excluídos do pleno acesso aos serviços públicos e ao crédito, e de diversos outros direitos.

Conforme Francisco (2020, p. 03):

Os municípios brasileiros que possuem mais moradores em situação de rua são: Rio de Janeiro (4.585), Salvador (3.289), Curitiba (2.776), Brasília (1.734), Fortaleza (1.701), São José dos Campos (1.633), Campinas (1.027), Santos (713), Nova Iguaçu (649), Juiz de Fora (607) e Goiânia (563). Entre a população em referência predominam as pessoas do sexo masculino (82%), com idade entre 25 e 44 anos (53%) e que nunca estudaram ou não concluíram o ensino fundamental (63,5%). Em relação à cor, 39,1% são pardos, 27,9% negros, 29,5% brancos, 1,3% indígenas, 1% amarelo oriental e 1,2% de cor não identificada.

Diversos estudiosos, filosóficos e doutrinadores, trouxeram e ainda trazem o conceito do direito de Propriedade. A noção de propriedade mostra-se, destarte, mais ampla e mais compreensiva do que a de domínio, aquela representa o gênero de que vem a ser a espécie (BARROS, 2014). O direito de propriedade, os direitos de vizinhança, o direito à moradia, à segurança e à livre circulação nas cidades, o direito ao exercício irrestrito da cidadania e à consequente participação popular etc., representam o rol de direitos inerentes a cada cidadão brasileiro pelo simples fato de sê-lo, entretanto ameaçados, desprezados e, não raras às vezes, obstaculizados.

Associada a possibilidade de se inserir no mercado formal, privilégio de poucos e contaminado pela especulação imobiliária, a população carente não tem outra opção senão ocupar terrenos ociosos, além dos já citados, favelas e cortiços, loteamentos clandestinos, parcelamentos irregulares, conjuntos habitacionais ocupados e construções precárias em áreas de risco, que se tornaram uma realidade de todos os grandes centros urbanos brasileiros (BARROS, 2014). A informalidade urbana, desde as suas origens, fez da cidade moderna esse espaço segregado, restando à classe trabalhadora as partes não belas e não providas de infraestrutura adequada e condições dignas de habitabilidade, que passaram a ser vistas enquanto problemas. A população pobre foi expulsa das áreas centrais e passou a se concentrar na periferia, onde a pobreza se escondia por detrás das favelas, que no início, em meados do século XIX, formavam uma espécie de anel ao redor da cidade, e que nos dias atuais fazem parte invariavelmente de toda a malha urbana (CARVALHO, 2014).

Diante da ausência de medidas preventivas, resta ao Poder Público promover o despejo forçado ou regularizar as ocupações, sendo esta última a decisão a ser tomada tendo em vista o reconhecimento da moradia enquanto direito fundamental social. As cidades brasileiras, seguindo a ótica do processo de urbanização da América Latina como um todo, apresentam a maior parte de seus móveis à margem da legalidade, fato que exige do Poder Público uma intervenção ampla e imediata. Contudo, percebe-se que uma das grandes dificuldades para a resolução do problema, além da crônica inércia estatal, é a indefinição acerca de quais instrumentos de regularização fundiária são mais adequados para cada realidade urbana (GOMES; STEINBERGER, 2016).

Por outro lado, a discussão em torno da regularização fundiária vem ganhando espaço na sociedade. De fato, muito se tem falado sobre regularização fundiária, todavia, na contramão, muito pouco se tem feito. A legislação urbanística no Brasil pode ser considerada recente, dado que se está pouco além da primeira década da promulgação do Estatuto da Cidade, principal marco regulatório da política urbana brasileira. Diante disso, seus instrumentos de política urbana ainda carecem de uma melhor compreensão, de modo que a aplicação prática de alguns deles é tímida e deficitária.

## **2.2 Vivência nas ruas e Saúde**

Pessoas em situação de rua podem ser definidas como aquelas que não têm acesso ou não conseguem ter uma moradia adequada, adaptada à sua situação pessoal, permanente e que proporcione um quadro estável de convivência, seja por razões econômicas ou outras barreiras sociais, ou porque apresentam dificuldades pessoais desenvolver uma vida autônoma. São obrigados a pernoitar em espaço público, em edifícios que não cumprem os critérios de habitabilidade humana ou que não se destinem a habitação, em abrigos prestados por instituições públicas ou privadas de assistência social ou a permanecer em casas de amigos ou parentes, ou em logradouros públicos, conforme figura 01 (RUBIN, 2014).

Figura 4 - Pessoas morando em logradouro público



Fonte: Francisco (2020).

O início da década de 1980 marcou o surgimento do que hoje pode ser considerada a era moderna dos sem-teto. As principais forças que mudaram a aparência dos sem-teto na era moderna incluem gentrificação do centro da cidade, desinstitucionalização dos doentes mentais, alta taxa de desemprego, o surgimento de HIV/AIDS, uma oferta inadequada de opções de habitação a preços inacessíveis a classe média e baixa no país.

O desemprego e o uso de drogas é um dos fatores que mais impulsionam o crescimento dos moradores de rua. Trata-se de um reflexo da crise econômica no país. Além do desemprego, existem outros motivadores que fazem com que muitos indivíduos passem a viver na rua, tais como: carência ou deficiência de auxílio aos presidiários quando deixam o sistema carcerário, alcoolismo, as drogas que tem levado um número elevado a essa condição, problemas de saúde mental, e problemas familiares (figura 2) (FRANCISCO, 2020).

Figura 5 - Moradores de rua usando crack



Fonte: Francisco (2020).

Viver na rua é uma consequência e uma causa de exclusão social. Não se trata apenas de não ter um lugar para dormir. Viver sem casa significa não ter um espaço onde guardar os pertences, onde desenvolver relações pessoais e íntimas, onde descansar com um certo sentimento de segurança é viver com um sentimento constante de provisoriedade, sem gerar relações sociais estáveis, sem rotinas, sem direção e com muitas poucas possibilidades de reconstruir uma rede de apoio e solidariedade, para alguns trata-se também de um lugar de trabalho, conforme figura 3 (PALOMBINI, 2015).

Figura 6 - Trabalhadores de rua



Fonte: Francisco (2020).

Pode-se observar que essa população é relativamente jovem com 53% das pessoas entre 25 e 44 anos, destaca-se ainda a predominância do sexo masculino na pesquisa com 82%. No que se a educação, pode-se observar que 63,5% não concluíram o ensino fundamental. A população de rua no Brasil é um fato que tem colocado novas questões para as políticas sociais, especialmente de saúde e assistência (FRANSCISCO, 2020).

A situação de rua que poderia ser temporário, ocasionado por desemprego, desentendimento na família, drogas, passa facilmente para permanente no país. Algo em torno de 48,5% da população de rua, vivem há mais de dois anos dormindo nas ruas. Ademais, trinta por cento da população do Brasil está nessa condição há cinco anos (FRANSCISO, 2020).

Outro fator de extrema importância é que, quando o sujeito em situação de rua vai buscar e encontra uma porta de saída, ele se vê novamente em uma situação de forte desamparo, pois não há nenhuma proteção para quem está na situação de rua. Ele não tem mais o acesso à moradia, alimentação, existe pouco trabalho de equipes de atendimento para o acolhimento e a elaboração de estratégias na tentativa de refazer a vida do morador de rua (RUBIN, 2014). O roubo, o furto e o tráfico também aparecem como questões de sobrevivência na rua, ambos como fenômenos com os quais é preciso lidar. A exclusão social e a inserção precária no setor habitacional têm sido uma das marcas do processo de urbanização contemporâneo, ampliando-se significativamente nas últimas décadas, quando a falta de alternativas habitacionais para os segmentos sociais com renda resultou na expansão das áreas mais periféricas (figuras 4 e 5) (MONTEIRO; VERAS, 2017).

Figura 4 - Gutierrez Fernandes, de 98 anos



Fonte: TVCA/Reprodução

Figura 5 - Projeto busca ajudar moradores de rua



Fonte: TVCA/Reprodução

Deve-se levar em consideração que as periferias das metrópoles cresceram mais do que as áreas centrais, resultando na expansão das regiões pobres. Isso se deve principalmente ao aumento dos preços dos terrenos e das moradias nas áreas mais centrais e bem localizadas das cidades, deixando apenas as áreas menos valorizadas e desfavorecidas para os pobres.

O espaço público é essencial na vida diária dos moradores de rua. a complementaridade tradicional entre o uso do espaço privado e o uso do espaço público, que funciona corretamente para os domiciliados, falha completamente no caso dos moradores de rua. Em outras palavras, essa população não vive apenas no espaço público como o resto da população, mas tem somente esse espaço para viver e morar, não tendo, por definição, nenhum espaço privado - casas - e nenhuma alternativa a não ser viver suas vidas em espaço público é o caso de famílias que saem do interior e tentam a vida na capital, seja por falta de oportunidade ou desastre natural (figura 6).

Figura 6 - Família de moradores de rua

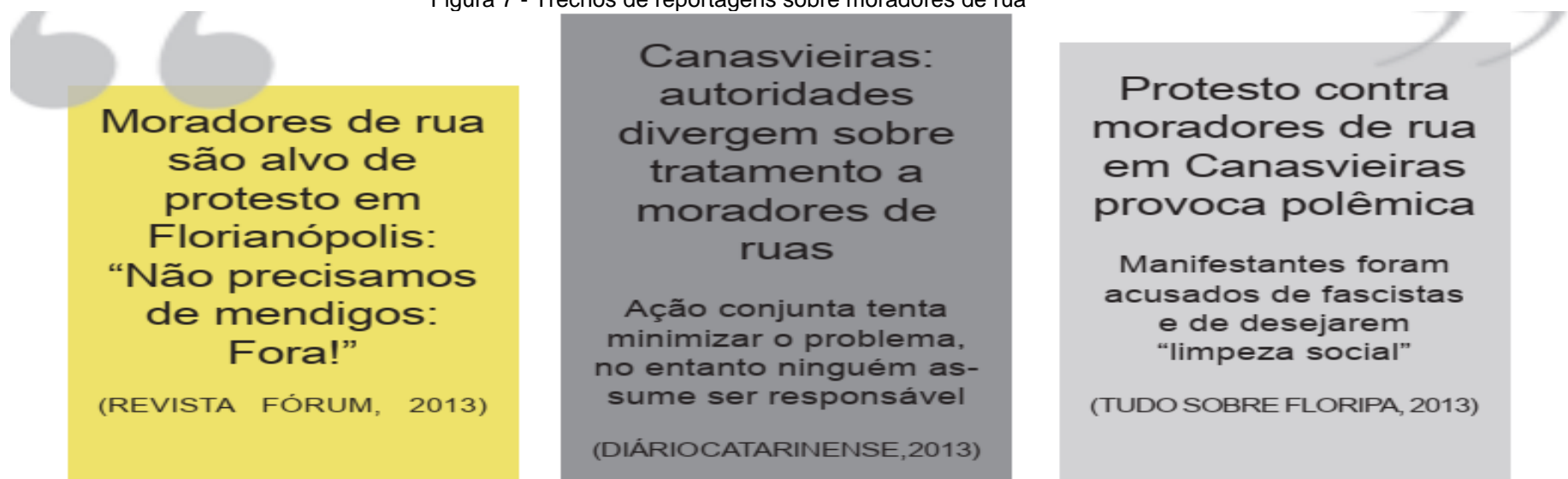


Fonte: Filgueiras, (2019).

Viver nas ruas obriga os moradores de rua a fazerem escolhas continuamente, como qualquer pessoa faria em seu dia a dia. No entanto, não é algo feito de forma casual; podemos discernir uma forte racionalidade no processo, e essa racionalidade é baseada na realidade da situação do indivíduo. A realidade de viver na rua define as escolhas do morador de rua e afeta todos os momentos do seu dia e de toda a sua vida (PALOMBINI, 2015).

Observando algumas reportagens colhidas pode ver os conflitos entre moradores de rua e os demais habitantes é nítido que a presença do morador de rua em espaços próximos aos bairros e comércios ocasiona, na maioria das vezes, aversão dos moradores, transeuntes e comerciantes. Já a população de rua, no que lhe concerne procura os meios políticos para resolver o desconforto que a presença dos moradores de rua lhes provoca (figura 7).

Figura 7 - Trechos de reportagens sobre moradores de rua



Fonte: Filgueiras, (2019).

Pode-se dizer que o espaço público urbano “força” os moradores de rua a adotarem determinados comportamentos. Além disso, uma vez que uma pessoa é reduzida a viver na rua, os suportes “tradicionais” de sua vida vão se tornando cada vez mais fracos e, por fim, tendem a desaparecer. Como consequência, essas pessoas são privadas de sua identidade anterior; sua vida na rua molda uma nova. Assim, o espaço público urbano não é apenas o local onde passam a maior parte do dia, mas também um mecanismo que contribui para a construção de uma nova identidade, tornam-se pessoas invisíveis (figura 8) (PALOMBINI, 2015).

Figura 8 - População invisível



Fonte: Francisco (2020).

Assim, o espaço público torna-se um lar, um lugar onde essa população tende a se estabelecer. É um lugar onde a vida cotidiana pode ser administrada e um lugar onde podem ser encontrados recursos de sobrevivência, como a alimentação (figura 9). A vida privada e a pública não podem ser separadas: ambas estão localizadas no espaço público (RUBIN, 2014).

Figura 9 - Moradores de rua se alimentando.



Fonte: Francisco (2020).

Principal destino da vida cotidiana dos moradores de rua que vivem em Cuiabá é o centro da cidade. Considerando, por exemplo, duas das estratégias de sobrevivência mais importantes dos moradores de rua: dormir e ganhar dinheiro. Em primeiro lugar, a estrutura arquitetônica do interior da cidade de Cuiabá, não oferece uma “solução” para quem mora na rua e procura um lugar seguro para dormir.

O centro da cidade, devido à alta fruição da área, cumpre um papel catalisador, facilitando não só a possibilidade de procurar e de encontrar os recursos de sobrevivência necessários (comida, dinheiro), mas também garantir o anonimato e uma baixa controle social. Os moradores de rua que se instalam no espaço público, por definição, mudam a paisagem urbana; tal espaço é fruto de uma negociação entre atores sociais, e os moradores de rua “invadem” o espaço público e passam a ser partes interessadas nele.

Para essa população, praças e parques não são necessariamente locais conectados para passeio; em vez disso, é um lugar onde passam sua vida cotidiana, usando os espaços. Para sobreviver, os moradores de rua fazem uso de todos os recursos que o espaço público urbano tem a oferecer. Outros espaços importantes na vida cotidiana dos moradores de rua são as entradas de igrejas onde podem pedir dinheiro, mercados de frutas e verduras ou latas de lixo próximas onde podem encontrar algo para comer, bares onde podem se aquecer em épocas mais frias do ano. Então o que essa população faz no espaço público urbano é construir um circuito de sobrevivência, uma “constelação” de pontos espaciais e temporais que estão localizados em diferentes partes da cidade (MONTEIRO; VERAS, 2017).

O espaço público urbano nas últimas duas décadas passou por grandes mudanças. Considere, por exemplo, os processos de fortificação, como o desenvolvimento de condomínios fechados na paisagem suburbana e a privatização do espaço público, que retira o terreno urbano público daqueles sem poder de compra (PALOMBINI, 2015).

O dia de um morador de rua é aparentemente vazio, mas na realidade é cheio de movimento e desafios: há muitos lugares na cidade que estão ligados a necessidades básicas como dormir, comer e todas as formas de interação humana. A condição de vida dos moradores de rua obriga-os a buscar constantemente recursos. Consequentemente, alguns comportamentos regulares podem ser observados entre os moradores de rua: conhecer outros moradores de rua, encontrar algo no lixo, procurar dinheiro, procurar um lugar para passar a noite e mendigar Autoria própria (2021).

A relação da população de rua com a cidade está marcada pelo assistencialismo oriundo de todos os segmentos da sociedade. Esse se compõe a partir dos diferentes grupos que distribuem alimentos e roupas pela cidade, pelas ONGs que vivem do atendimento

a essa população e pela formação das equipes dos serviços públicos que se encontram adoecidas por esse trabalho de atendimento direto – difícil, e que gera frustração.

É necessária uma forte mobilização por parte do poder público no sentido de propiciar outra visão de trabalho. Isso é possível através da articulação dos diferentes atores, sejam públicos, privados e/ou do terceiro setor, de forma a propiciar uma troca de experiências concreta, que explore as verdadeiras possibilidades de mútua cooperação entre os diferentes atores para a construção de uma política pública para moradores de rua. No que se refere à rede de atendimento direto, a pesquisa aponta fortes contradições. Se, por um lado, as pessoas em situação de rua necessitam e contam com a rede, por outro, nutrem um forte sentimento de dependência e rancor que se expressa através de relações onde falam de injustiças, humilhações e violências (MONTEIRO; VERAS, 2017).

É importante salientar, ainda, que o atendimento oferecido pelo Estado muitas vezes gera como consequência uma institucionalização do sujeito que se beneficia da oferta de serviços, favorecendo que esse se acomode à situação e passe a uma relação de eterna exigência, colocando-se em um lugar passivo demandante. Existem vários modelos e estruturas organizacionais para a prestação de serviços de habitação a pessoas sem-abrigo. É importante que a organização habitacional líder em particular adapte as estruturas e soluções às diferentes situações de acordo com as necessidades da região, área ou projeto. A organização habitacional também deve fazer uma escolha cuidadosa e informada sobre as funções que irá desempenhar no desenvolvimento, gestão e prestação de serviços de suporte (quando aplicável) no projeto (PALOMBINI, 2015).

### **2.2.1 Arquitetura e a Vivência na Rua**

Arquitetura é a arte e a ciência do design, que envolve a manipulação de massa, espaço, volume, textura, luz, sombra, materiais, programa e outros elementos, a fim de alcançar um fim estético, funcional. A arquitetura não se define pela aparência, se

parece boa, mas pela maneira como ordena as relações sociais. No entanto, a questão das relações sociais não pode ser tratada de acordo com uma arquitetura boa ou ruim. É a sobreposição entre o social e o arquitetônico que se tornam questões políticas fundamentais (MONTEIRO; VERAS, 2017).

A responsabilidade social dos arquitetos reside em parte em acreditar que a arquitetura pode criar lugares melhores, que a arquitetura pode afetar a sociedade e que pode até ter um papel em tornar um lugar civilizado, tornando uma comunidade mais habitável. Criar um planejamento urbano de qualidade, pensado para as pessoas, especialmente para moradores de rua, pode fazer com que a cidade fique mais humana mais viva e se torne eficiente a todos os seus moradores. Os moradores de rua são parte da história da concepção das cidades, e este problema de maneira alguma deve ser ignorado por aqueles que tem a responsabilidade do desenvolvimento urbano das cidades. É uma das características dos arquitetos conceber espaços adequados para incluir os moradores de rua, evitando assim que essa população fique às margens da cidade e da sociedade (PALOMBINI, 2015).

A utilização do espaço urbano como casa é um problema antigo, como já afirmado e que de alguma maneira pode ser ignorado, é função do arquiteto analisar uma configuração visando abrigar essa população dentro do cenário urbano.

A grande parte dos moradores de rua, tem em seu íntimo um enorme desejo de conseguir os recursos sociais e de saúde que solucionará sua condição de desabrigado. Gravemente reduzido de programas sociais de bem-estar para essa parcela da sociedade tem agravado o problema, ocasionando em mais necessidade do que pode ser arranjado. Dessa forma, de acordo com cada projeto, deve-se ver o morador de rua igualmente como um cliente, pois possui igualmente necessidades que necessitam ser levado em conta no projeto, dirigindo a elaboração da proposta arquitetônica para que esteja habilitada para atender as pretensões dos moradores de rua (SANTOS, 2011).

Deve-se dessa forma evitar a arquitetura hostil, que são constituídos para embaraçar a utilização de equipamentos da cidade pelos moradores de rua, buscando especialmente em extinguir essa população dos espaços públicos, com a desculpa de “melhorar” a imagem da cidade, isentando-se de buscar uma solução e na verdade mascarando a verdade. Ao utilizar meios que venham

impossibilita a utilização secundária destes espaços pelos moradores de rua, mantém-se o pensamento higienista da sociedade, que visa extinguir certos locais, para aqueles que não se enquadram nos padrões sociais possam utilizar. Independente de quantos componentes ou espaços com pontos pontiagudos ou ainda divisões no mobiliário urbano sejam espalhados pelas cidades, os moradores de rua, irão sempre encontrar outro espaço para ficar e dormir (FILGUEIRAS, 2019).

Definitivamente, há uma ligação entre as preocupações mais amplas da sociedade ou a situação em que parte da sociedade se encontra e a arquitetura. Empregar uma arquitetura que visa excluir ainda mais os moradores de rua, tem um efeito muito negativo na paisagem. O desenho urbano passa a ser algo austero e os espaços públicos ficam mais limitados e de difícil utilização, perdendo totalmente a finalidade para o qual foram projetados, causando a desigualdade, a incomplacência, a segregação e tantas outras ações desumanizadoras (figura 10) (FILGUEIRAS, 2019).

Figura 10- Bancos com impedimentos para moradores de rua dormir



Fonte: Filgueiras, (2019).

Os espaços propostos à assistência social para os moradores de rua no país evidenciam uma qualidade ambiental e de serviços, que atrapalham a eficiência no processo de reintegração social desta população. Somado a condição do espaço, acrescenta-se a baixa qualidade na prestação do serviço, são poucos os locais onde reina o respeito a versatilidade de situações em que os moradores de rua se encontram (figura 11) (SICARI; ZANELLA, 2018).

Figura 11 - Banco de Camden de Londres



Fonte: Sicari; Zanella, (2018).

Existe uma obrigação de a arquitetura e do espaço público tratarem do problema dos moradores de rua. Exemplos de bancos como o banco de Camden de Londres, evidenciam o não cumprimento do compromisso do arquiteto, encoberto atrás do argumento de funcionalidade (figura 12) (SICARI; ZANELLA, 2018).

Figura 12 - Bancos públicos em Londres



Fonte: Sicari; Zanella, (2018).

Na imagem acima pode-se perceber que a política britânica assim como os países como o Brasil vem lançando mão de uma arquitetura hostil com dispositivos como os desprezíveis com apetrechos “anti-moradores de rua” que visam impedir a ocupação prolongada (figura 13) (SICARI; ZANELLA, 2018).

Figura 13 - Banco com sistema “antimendigos” em Londres



Fonte: Sicari; Zanella, (2018).

O projeto voltado aos moradores de ruas deveria ainda contemplar: um espaço para qualificar a pessoa a conseguir um emprego, tratamento com psicólogo, nutricionistas, profissionais educadores incentivando os exercícios físicos, espaços para tratamento com artes, tais como: música, dança, pinturas, esculturas, trabalhos motivacionais, buscando extrair o dom de cada pessoa através das artes.

Seria uma utopia, onde todos deveriam ser iguais perante a lei. Todos devem ter o direito basilar à vida, à moradia privada, o direito de ir e vir. Contudo o mais relevante é a alteração do entendimento, bem como, do exercício ininterrupto da compaixão, da aceitação ao e do amor ao próximo.

## 2.3 Benefícios Ambientais/ Função/ Social

Desde antes da industrialização, a pobreza extrema nas cidades está associada à imagem do pedestre ou do viajante. Pela configuração das cidades modernas, aquele sem residência estável que sobrevive da caridade, morando nas ruas ou sob o teto de instituições de caridade, é tratado com desconfiança e considerado suspeito de atividades indignas (FILGUEIRAS, 2019).

Até o final do século XIX, o problema da falta de moradia estava nas mãos das autoridades locais e estaduais. Favelas urbanas em muitas cidades, atormentadas por superlotação, falta de higiene e saneamento básico, tornaram-se uma fonte frequente de surtos de doenças infecciosas importantes. Como consequência da Grande Depressão da década de 1930, houve um aumento significativo no número de pessoas sem teto na América e uma maior necessidade de enfrentar a pobreza e melhorar a qualidade e acessibilidade das moradias (MONTEIRO; VERAS, 2017).

O aparecimento da população em situação de rua se deve ao fato de os camponeses não serem abarcados pela indústria que estava crescendo com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis e também pela dificuldade de adaptação a um ritmo frenético e massacrante de trabalho. Por consequência das circunstâncias, foram relegados à mendicância e a outros desvios morais, como o roubo e a vadiagem, por exemplo. Diante disso, surge o pauperismo como resultado da histórica desigualdade capitalista (SILVA, 2009, p.31).

Nesse sentido, deve-se destacar que a provisão de moradia adequada não é apenas um direito (incluído no artigo nº25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos), mas também a base das relações humanas, o livre desenvolvimento do indivíduo e da participação ativa na própria comunidade.

A Recomendação 23/2009 no México, relacionada ao caso de discriminação e outras violações dos direitos humanos em prejuízo das populações de rua do Distrito Federal por violação dos direitos humanos à igualdade e não discriminação, à liberdade e segurança pessoal, a Secretaria de Inclusão e Bem-Estar Social da Cidade do México, por meio da Direção Geral do Instituto de

Atenção às Populações Prioritárias, é responsável pela implementação do Programa de Atenção Integral à População de Rua 2019, por meio de sua Coordenação de Pronto Atendimento.

Conforme Aquino (2009), o movimento migratório fez com que a capital de Mato Grosso crescesse de forma acelerada. O aparecimento de novas empresas no ramo de comércio de pequenas oficinas e indústrias foi aos poucos substituindo as atividades tradicionais. As ocupações por invasão ou por grilagem na periferia com habitações simples e modestas foram aos poucos também estendendo os limites do perímetro urbano.

O problema da habitação, quando relacionado às imposições de mercado, confronta-se com a questão de cidadania. Associado a isto, deve-se colocar, para muito além do entendimento da habitação como forma de abrigo, as discussões dos cidadãos por uma condição de vida melhor na cidade, deve ter como consideração fatores essenciais como infraestrutura e serviços (ZÜRCHER, 2015).

A política habitacional inicia uma fase mais eficiente no ano de nos anos 50 e 60, com um modelo de política habitacional implementado pelo Banco Nacional de Habitação – BNH, criado em 1964, que evoluiu na medida em que criou naquele período um Sistema de Financiamento Habitacional – SFH que permitia a captação de recursos específicos e subsidiados. Esse sistema compreendia a utilização de recursos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço - FGTS e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos – SBPE que juntos atingirão um montante considerável em termos e investimentos habitacionais e permanecerão como fonte de financiamento das políticas habitacionais (GOMES; STEINBERGER, 2016).

A criação do Ministério das Cidades em 2003, pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva representou o reconhecimento por parte do Estado de que área urbana retrata um imenso desafio que precisava ser encarado como política de Estado. Dentre os objetivos dessa nova gestão se destacavam a garantia do acesso a moradia digna, a terra urbanizada, a água potável, ambiente saudável, programa existente de acordo com as características do déficit habitacional e infraestrutura que atinge a população de menor poder aquisitivo.

Em 03 de junho de 2011 foi criada a Secretaria Municipal de Habitação e se extinguiu a nomenclatura Agência Municipal de Habitação Popular. Mas no ano seguinte no dia 05 de abril de 2012, foi alterada pela Lei Complementar 283, a nomenclatura de Secretaria Municipal de Habitação para Secretaria Municipal de Cidades, esta tem a seguinte atribuição: formulação da política habitacional do município, bem como a elaboração e execução de programas e projetos para concretizá-la, assim como o planejamento, a coordenação da execução e implantação de conjuntos habitacionais, informações retiradas da lei mencionada (ZIMERMAN, 2013).

A Secretaria Municipal de Cidades encontra-se com a seguinte missão: planejar, criar, promover e coordenar projetos e ações, visando o crescimento, o desenvolvimento e a redução das desigualdades socioeconômicas. E com a Visão de: ser reconhecido pela excelência e empenho na busca de soluções, de resgate da dignidade, igualdade, responsabilidade social, ética e justiça, preservação e conservação da natureza, otimizando recursos e ampliando resultados na implantação das Políticas Públicas, no comprometimento com a melhoria da qualidade de vida da população Cuiabana.

O direito à moradia é um direito social, conforme a Constituição Federal no Brasil de 1988 conforme art. 6º. As áreas rurais e urbanas nos grandes e pequenos centros têm sido enormes. O crescimento das cidades e da economia urbana, fenômeno que teve início com a Revolução Industrial e que permanece latente até os dias atuais, além do progresso tecnológico e do desenvolvimento econômico, provocou um crescente processo de exclusão social, de modo que cada vez mais, diversos grupos minoritários têm sido excluídos do pleno acesso aos serviços públicos e ao crédito, e de diversos outros direitos.

Diversos estudiosos, filósofos e doutrinadores, trouxeram e ainda trazem o conceito do direito de Propriedade. A noção de propriedade mostra-se, destarte, mais ampla e mais compreensiva do que a de domínio, aquela representa o gênero de que vem a ser a espécie (BARROS, 2014).

O direito de propriedade, os direitos de vizinhança, o direito à moradia, à segurança e à livre circulação nas cidades, o direito ao exercício irrestrito da cidadania e à consequente participação popular etc., representam o rol de direitos inerentes a cada cidadão brasileiro pelo simples fato de sê-lo, entretanto ameaçados, desprezados e, não raras às vezes, obstaculizados.

Alijada da possibilidade de se inserir no mercado formal, privilégio de poucos e contaminado pela especulação imobiliária, a população carente não tem outra opção senão ocupar terrenos ociosos, além dos já citados, favelas e cortiços, loteamentos clandestinos, parcelamentos irregulares, conjuntos habitacionais ocupados e construções precárias em áreas de risco, que se tornaram uma realidade de todos os grandes centros urbanos brasileiros (ERMINA MARIKA 2001).

A informalidade urbana, desde as suas origens, fez da cidade moderna esse espaço segregado, restando à classe trabalhadora as partes não belas e não providas de infraestrutura adequada e condições dignas de habitabilidade, que passaram a ser vistas enquanto problemas. A população pobre foi expulsa das áreas centrais e passou a se concentrar na periferia, onde a pobreza se escondia por detrás das favelas, que no início, em meados do século XIX, formavam uma espécie de anel ao redor da cidade, e que nos dias atuais fazem parte invariavelmente de toda a malha urbana (CARVALHO, 2014).

Diante da ausência de medidas preventivas, resta ao Poder Público promover o despejo forçado ou regularizar as ocupações, sendo esta última a decisão a ser tomada tendo em vista o reconhecimento da moradia enquanto direito fundamental social. As cidades brasileiras, seguindo a ótica do processo de urbanização da América Latina como um todo, apresentam a maior parte de seus móveis à margem da legalidade, fato que exige do Poder Público uma intervenção ampla e imediata. Contudo, percebe-se que uma das grandes dificuldades para a resolução do problema, além da crônica inércia estatal, é a indefinição acerca de quais instrumentos de regularização fundiária são mais adequados para cada realidade urbana (GOMES; STEINBERGER, 2016).

Por outro lado, a discussão em torno da regularização fundiária vem ganhando espaço na sociedade. De fato, muito se tem falado sobre regularização fundiária, todavia, na contramão, muito pouco se tem feito. A legislação urbanística no Brasil pode ser considerada recente, dado que se está pouco além da primeira década da promulgação do Estatuto da Cidade, principal marco

regulatório da política urbana brasileira. Diante disso, seus instrumentos de política urbana ainda carecem de uma melhor compreensão, de modo que a aplicação prática de alguns deles é tímida e deficitária.

Conforme Aquino (2009), o movimento migratório fez com que a capital de Mato Grosso crescesse de forma acelerada. O aparecimento de novas empresas no ramo de comércio de pequenas oficinas e indústrias foi aos poucos substituindo as atividades tradicionais. As ocupações por invasão ou por grilagem na periferia com habitações simples e modestas foram aos poucos também estendendo os limites do perímetro urbano.

O problema da habitação, quando relacionado às imposições de mercado, confronta-se com a questão de cidadania. Associado a isto, deve-se colocar, para muito além do entendimento da habitação como forma de abrigo, as discussões dos cidadãos por uma condição de vida melhor na cidade, deve ter como consideração fatores essenciais como infraestrutura e serviços (ZÜRCHER, 2015).

A política habitacional inicia uma fase mais eficiente no ano de nos anos 50 e 60, com um modelo de política habitacional implementado pelo Banco Nacional de Habitação – BNH, criado em 1964, que evoluiu na medida em que criou naquele período um Sistema de Financiamento Habitacional – SFH que permitia a captação de recursos específicos e subsidiados. Esse sistema compreendia a utilização de recursos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço - FGTS e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos – SBPE que juntos atingirão um montante considerável em termos e investimentos habitacionais e permanecerão como fonte de financiamento das políticas habitacionais (GOMES; STEINBERGER, 2016).

A criação do Ministério das Cidades em 2003, pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva representou o reconhecimento por parte do Estado de que área urbana retrata um imenso desafio que precisava ser encarado como política de Estado. Dentre os objetivos dessa nova gestão se destacavam a garantia do acesso a moradia digna, a terra urbanizada, a água potável, ambiente saudável, programa existente de acordo com as características do déficit habitacional e infraestrutura que atinge a população de menor poder aquisitivo.

Embora o Estado tenha reconhecido a questão da habitação com questão social e tenha empreendido medidas no sentido de enfrentar o problema, o avanço legal só faz sentido como uma prática social que qualifica o processo real de construção e reconstrução da sociedade. Este é o processo histórico em construção que faz sentido, superando o autoritarismo fundado na imposição antieducativa, e evitando a falácia da *democratite*, fundada na irresponsabilidade coletiva (RAMOS, 2011).

A cidade de Cuiabá mudou e com ela apareceram problemas típicos das metrópoles modernas, pois muitos aqui ainda viviam em estado primitivo tamanha a precariedade das condições da vida e trabalho. Porém, o impulso causado pela migração abalou o modo de viver da população e os meios disponíveis que o estado tinha para amenizar um dos flagelos que é a habitação popular.

Durante o século XX, houve no país intensa transformação no cenário urbano, a população que era rural, passou a ser urbana. Desde a década de 1930, houve um grande esforço por parte do Governo Federal para que o Estado de Mato Grosso fosse colonizado. Durante as últimas quatro décadas, pode se constatar a ocorrências de inúmeras grilagens e ocupações irregulares, fazendo com que a cidade crescesse de forma desordenada e desigual, sem nenhum plano de orientação urbana (AQUINO, 2009).

A moradia desempenha um papel de fundamental importância na vida de cada indivíduo na sociedade é um direito de caráter universal, indivisível e interdependente, inter-relacionado com os demais direitos. A moradia adequada garante à vida familiar, a privacidade, a liberdade, a saúde entre outros direitos fundamentais para a vida Humana. O direito à moradia adequada foi positivado pela primeira vez na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

## **2.4 Centro de acolhimento para moradores de rua**

O Centro de acolhimento para moradores de rua tem como objetivo de atender as necessidades básicas dos usuários, gerir e criar programas com a finalidade de oferecer cursos e qualificação profissional, garantindo que tenha maior autonomia ao buscar uma inserção no mercado de trabalho e na sociedade, além de propor melhores condições de convivência para todos.

De acordo com Lima (2014), as ruas não são feitas para moradia e não são adequadas para este uso, o autor enfatiza a necessidade de locais para acolhimento a pessoas com vulnerabilidade social. Para Dordick (1996), tradicionalmente associado a recursos oferecidos a mendigos por religiosos e comunidades, os abrigos evoluíram ao longo dos anos. Os primeiros abrigos foram criados em cidades onde um fluxo de indivíduos aumentou o número de pessoas sem moradia.

## **2.5 Associação dos Catadores em Várzea Grande - ASSACAVAG**

Em Várzea Grande existe uma associação de catadores voluntários de material reciclável de Várzea Grande, sem fins lucrativos, em busca de uma melhor sustentabilidade, e também a sensibilização dos moradores para haja uma integração dando continuidade a essa iniciativa figuras (14 e 15).

Reciclando além de somente lixo nós damos oportunidades as pessoas e a nossos próprios colaboradores de ter um mundo melhor além de ajudarmos com educação em salas de aula instaladas em nossa própria sede. ASSACAVAG possui vários colaboradores e três caminhões que realizam a coleta, utilizando uma roteirização para evitar custos. Um técnico em logística faz a roteirização e passa a duas secretarias que tem como função o monitoramento de um sistema chamado "CATA FACE", toda produção é emitida no sistema com os dados da coleta. Ao irmos de um município ao outro,

a coleta deve ser em larga escala, para cobrir os custos do transporte, ao contrário, uma taxa é cobrada ASSACAVAG (2020).

Figura 14 - ASSACAVAG



Fonte - ASSACAVAG

Figura 15 - ASSACAVAG



Fonte - ASSACAVAG

## 2.6 Arquitetura - Influência do espaço construído para moradores de rua

Os centros de acolhimento e apoio para pessoas em vulnerabilidade social são locais especializados para reintegração dos moradores de ruas na sociedade, a influência da arquitetura é importante para formação do caráter da pessoa. Os projetos

arquitetônicos, o planejamento e diagnóstico são voltados para atender as necessidades dos moradores, o local deve abrigar espaço para vivência, acesso a saúde como tratamento psicológicos e primeiros socorros, ambientes de lazer, e centros ou salas profissionalizantes, cursos para inserção no mercado de trabalho, assim inserindo os moradores de rua na sociedade com dignidade e respeito.

De acordo com PILLON E PEREIRA (2013), o ambiente onde o paciente é tratado está diretamente relacionado ao seu comportamento e suas reações. Cada ambiente deve ser planejado para exercer suas funções da maneira mais produtiva, de modo que o trabalho realizado naquele espaço seja beneficiado por escolhas arquitetônicas corretas. Alguns detalhes como a cor da parede, a posição da janela, a disposição dos móveis ou a altura do pé-direito podem mudar completamente a sensação que a pessoa terá do ambiente. Além disso, cada usuário necessita de condições específicas de qualidade do ambiente para o seu bem-estar: que requererem determinados cuidados Pillon e Pereira (2013, p.02).

É importante explicar sobre o desenvolvimento e planejamento urbano:

Desenvolver um bom planejamento urbano, pensado para as pessoas, em escala humana, pode tornar a cidade mais viva e eficiente a todos que ali habitam. Ocupar as ruas faz parte da história da criação das cidades, e este problema não pode ser ignorado pelos responsáveis ao bom desenvolvimento urbano das cidades. É um dos atributos dos arquitetos e urbanistas criar espaços capazes de incluir os moradores de rua, sem que estes fiquem às margens da cidade e da sociedade. A questão do espaço público é central quando se trata do morador de rua. No caso deles ambos os âmbitos público e privado da vida se confundem na medida em que o público é também privado e vice-versa. Quintão (2012.p.18).

A situação de habitar vivida pelo morador de rua se distancia de um lar fixo baseado em fronteiras e medidas planejadas. Vivendo nas ruas as fronteiras se dissolvem e os sistemas de sociabilidades, antes restritos aos círculos de vizinhança, trabalho, educação, lazer etc. geograficamente localizados deixam de existir Santos (2015, p.63).

A maioria dos sem-teto professa um grande desejo de obter os recursos sociais e de saúde que resolverão seu estado de desabrigado. Seriamente reduzido, os programas sociais de bem-estar e educação para indivíduos sem moradia tem agravado o problema, resultando em mais necessidade do que pode ser acomodada. PABLE, JILL. (2005). “É necessário caracterizar esta população, para saber qual a realidade do cliente, como em qualquer projeto de arquitetura. Isto é importante para se poder trabalhar com as necessidades reais do indivíduo, e não com uma imagem do morador de rua que seja fruto de um imaginário do arquiteto. É isso que irá balizar os projetos” Quintão (2012.p.19).

A influência quanto a territorialização do espaço construído, o autor Palombini (2013, p.51) em sua pesquisa deixa evidente que os moradores de rua não têm uma relação de posse com o espaço.

Se inicialmente o intuito desse trabalho era de analisar como se dão os processos de territorialização desses indivíduos no espaço, a própria convivência com eles, as conversas e a sua observação permitiram se perceber que esta relação de territorialização, embora tenha expressões incipientes, torna-se impossibilitada pela rede de controle espacial promovida pelo Estado, que frequentemente usa de seus mecanismos de repressão para evitar a formação de qualquer território que não o controlado pelo Poder Público. Portanto, nos espaços ocupados pelos indivíduos em situação de rua, mesmo que de forma efêmera, não há uma definida relação de posse, mas sim uma relação de (con)vivência Palombini (2013, p.51).

# Capítulo 3

### 3 CONDICIONANTES LEGAIS E INSTITUCIONAIS

Nesse capítulo serão abordados os aspectos normativos e legislações que serão utilizadas, desde o âmbito internacional, passando pelo nacional e estadual, até chegar à legislação municipal. Sendo as seguintes:

- ABNT NBR N° 15575: Norma de desempenho de conforto;
- ABNT NBR N° 9050:2015 – Acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- ABNT NBR N° 9077:2001 – Saídas de emergência de edifícios;
- CID – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde;
- Constituição Federal Brasileira (1988);
- Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948);
- Lei Municipal Complementar N° 231/2011, que “Disciplina o Uso, Ocupação e Urbanização do Solo Urbano no município de Cuiabá;
- Lei Municipal Complementar N° 389/2015, – Disciplina de Uso e Ocupação do Solo, de 03 de novembro de 2015;
- Norma Técnica do Corpo de Bombeiros N° 08/2017;
- Princípios da Agenda 2030

No Âmbito Internacional, Em Bogotá há o acordo n° 228 de 2008, quanto à pobreza, refere-se à escassez de nulidade de condições dignas; A indignância, “sem dúvida, ameaça o efetivo cumprimento dos direitos fundamentais cujas causas estruturais são combatidas por meio de políticas legislativas e macroeconômicas. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, ONU (1948, p.13) afirma que: todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a ele e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de

desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

No Âmbito Nacional, o Plano Local de Habitação de Interesse Social é um aparelho de elaboração do Sistema Nacional de Habitação – SNHIS que tem por objetivo promover o planejamento das ações do setor habitacional visando garantir o acesso à moradia adequada, a expressão dos agentes sociais sobre a habitação de interesse social e a integração dos três níveis de governo.

As principais leis sobre os moradores de rua no Brasil são: a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (ou Lei nº 8.742/1993), a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (ou Resolução nº 145/2004) e a Política Nacional para a População em Situação de Rua (ou Decreto nº 7.053/2009).

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse social foi instaurado em 2005 pela Lei Federal nº. 11.124, e é fruto do primeiro projeto de lei de iniciativa popular no movimento que visa à reforma urbana, buscando também a promoção a defesa da população de baixa renda no tocante ao acesso à moradia digna de forma adequada, bem como da construção de cidades justas, humanas, democráticas e sustentáveis.

O Programa Minha Casa Minha Vida foi lançado pelo governo federal em 2009 e surgiu com objetivo de diminuir o déficit habitacional do país através da construção de um milhão de novas moradias.

Em 2020 foi criado o Projeto de Lei 2815/20, onde estabelece que todos os municípios do país que possua 100 mil habitantes tenham para oferecer estruturas para acolhimento das pessoas em situação de rua. O texto ainda faz menção de que órgãos locais de assistência social e de vigilância sanitária serão incumbidos pelo atendimento dessa parcela da sociedade (BRASIL, 2020).

De acordo com a Declaração dos Direitos Humanos (1948), essa declaração afirma que:

**Artigo 2º** Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.

**Artigo 3º** Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Já o Projeto de Lei 707/20, veda o isolamento compulsório de moradores de rua no decorrer de epidemias ou pandemias, garantindo as pessoas sem teto respeito a direitos previstos na Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto 7.053/09) (BRASIL, 2020).

No Âmbito Estadual, a Lei nº 8.080/90, compete ao Município de Cuiabá executar os serviços públicos de saúde, objetivando implementar várias medidas com o fito de evitar a disseminação de diversas doenças, tais como o Coronavírus, em especial nas populações mais vulneráveis, como é o caso da população em situação de rua (MATO GROSSO, 2020).

Em 2011 a lei complementar nº 231, de maio de 2011, veio disciplinar o Uso e a Ocupação do Solo Urbano no Município de Cuiabá.

A Lei Complementar nº 389 de 03/11/2015, veio definir diretrizes gerais e específicas sobre o Zoneamento, Uso, Ocupação e Urbanização do Solo no Município de Cuiabá. Já a Lei nº 6.258 de 19 de fevereiro de 2018, dispõe sobre o acesso de pessoas em vilas, ruas sem saídas e travessas com características de “ruas sem saída”.

# Capítulo 4

## 4 REFERÊNCIAS PROJETUAIS

### 4.1 Projeto de referência internacional: Centro comunitário Woodcroft, Austrália

#### Ficha técnica:

**Arquitetos:** Carter Williamson Architects

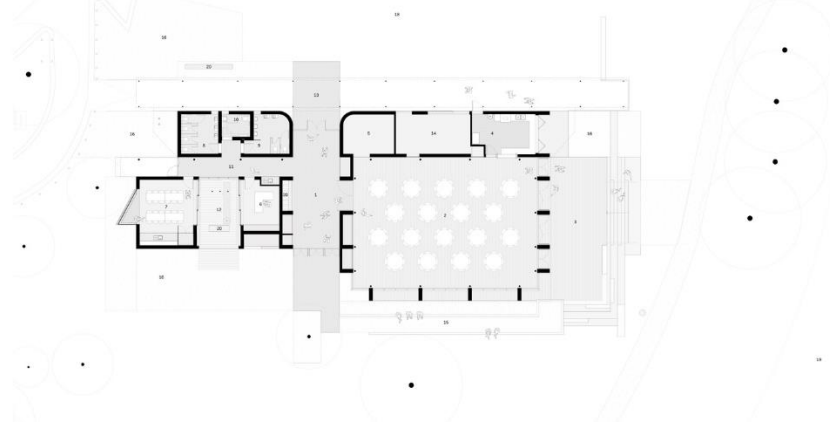
**Ano:** 2019

**Área:** 600 m<sup>2</sup>

**Fotografias:** Brett Boardman, Ben Guthri

O primeiro projeto selecionado, se encontra em Woodcroft (figuras 16 e 17), no município de Adelaide, Austrália. É um centro comunitário que precisou ser reformado em 2019 após um incêndio em 2015, e o responsável foi o escritório de arquitetura Carter Williamson Architects, fazendo do local uma estrutura voltada para o aprendizado, bem-estar, recreação e cultura. Os principais objetivos dos arquitetos foram: construir um edifício à prova de fogo, elaborar espaços flexíveis para abrigar diferentes grupos ao mesmo tempo, projetar design icônico, conectar Woodcroft Lake com Parklands, além de ser a nova instalação para o Festival anual.

Figura 16 - Planta baixa do Centro comunitário Woodcroft



Fonte: Archdaily/Brett Boardman

Figura 17 - Centro Comunitário Woodcroft



Fonte: Archdaily/Brett Boardman

Este projeto se destaca por ser um espaço que pode oferecer diferentes tipos de atividades, com espaços internos (Figura 18), e espaços externos (figuras 19 e 20), que trazem muitas possibilidades, inclusive de atividades ao mesmo tempo. Quando se pensa em criar uma estrutura para abrigar moradores de rua, é interessante pensar em oferecer diversas atividades neste local, tanto para suprir as diversas vulnerabilidades em que essa população se encontra, e até mesmo para possibilitar o uso da comunidade em geral. Para isso é necessário projetar um local agradável, bonito, e bem organizado estruturalmente

Figura 18 - Espaço interno do Centro Comunitário Woodcroft



Fonte: Archdaily/Brett Boardman

Figura 19 - Espaço externo do Centro Comunitário Woodcroft



Fonte: Archdaily/Brett Boardman

Figura 20 - Espaço externo do Centro Comunitário Woodcroft



Fonte: Archdaily/Brett Boardman

## 4.2 Projeto Internacional: Habitação Estados Unidos - Bud Clark Commons, Estados Unidos

### Ficha técnica:

**Arquitetos:** Arquitetura Holst

**Ano:** 2011

**Área:** 106.000 m<sup>2</sup>

**Fotografias:** Sally Schoolmaster, Christian Columbres

Localizado na cidade de Portland, Estados Unidos, o Bud Clark Commons (figura 21) é referência como edifício voltado para moradores de rua. Projetado pelos arquitetos do escritório Arquitetura Holst em 2011, o local conta com serviços públicos de habitação de apoio e um centro de recursos comunitários. Tem como objetivos fornecer serviços de saúde, habitação e recursos de aprendizagem, para ajudar os moradores de rua na transição para uma vida permanente. Conta com 90 leitos para homens em situação de rua, e 130 apartamentos nos cinco andares superiores para pessoas de baixa renda que buscam moradia permanente.

Figura 21 - Bud Clark Commons



Fonte: Archdaily/Sally Schoolmaster

Figura 22 - Área comum Bud Clark commons



Fonte: Archdaily/Sally Schoolmaster

Figura 23 - Área comum e academia Bud Clark



Fonte: Archdaily/Sally Schoolmaster

A área comum (figuras 22 e 23), destinada aos homens do abrigo provisório, conta com banheiros e chuveiros, uma cozinha, salas de exercícios, de aconselhamento e um pátio externo privativo. Na recepção, os usuários são direcionados a diversos recursos: posto de higiene com chuveiros e lavanderia, aconselhamento, posto de correio e informática, biblioteca, posto médico e barbearia. A área de estar e para refeições é aberta, arejada e recebe luz natural por meio de janelas do chão ao teto. O terceiro andar possui um estúdio de arte, varanda com jardim e um tribunal comunitário que funciona também como sala de aula.

Com tantos ambientes projetados para o bem estar tanto da população de rua quanto de baixa renda, esse centro torna-se inspirador por apresentar uma visão de que é importante não apenas oferecer abrigo provisório, mas também mostrar que existe um caminho para sair da situação de rua. Desde as salas para exercício (figura 23), biblioteca, áreas comuns internas e externas (figuras 24, 25, 26), apartamentos para moradia permanente, posto médico até o aconselhamento podem ser ferramentas para resgatar a pessoa da situação de rua, situação que a expõe muitas situações de risco e vulnerabilidade.

Figura 24 - Moradia permanente Bud Clark



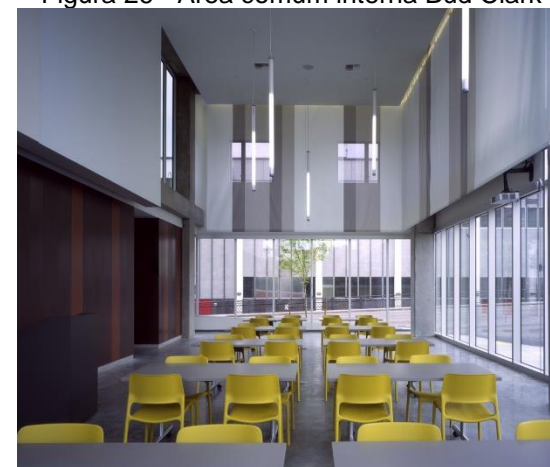
Fonte: Archdaily/Sally Schoolmaster

Figura 25 - Área comum externa Bud Clark



Fonte: Archdaily/Sally Schoolmaster

Figura 26 - Área comum interna Bud Clark



Fonte: Archdaily/Sally Schoolmaster

E oferecer todas essas atividades em um ambiente bem organizado e preparado fisicamente, só traz benefícios aos usuários dos serviços, e funcionários que ofertam seus serviços no local, figura 27 ao 31 são as plantas baixas.

Figura 27 - Abrigo, 1º andar:  
Bud Clark commons



Fonte: Archdaily

Figura 28 - Centro diurno, 2º andar:  
Bud Clark commons



Fonte: Archdaily

Figura 29 - Centro diurno, 3º andar:  
Bud Clark commons



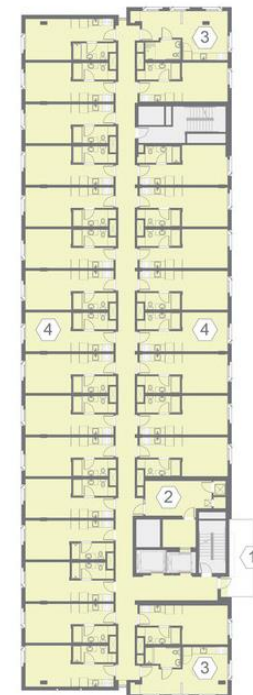
Fonte: Archdaily

Figura 30 - habitação, 4º andar:  
Bud Clark commons



Fonte: Archdaily

Figura 31 - Habitação, 5º, 6º,  
7º e 8º andares: Bud Clark commons



Fonte: Archdaily

### 4.3 Projeto internacional: Centro comunitário La Queue du Lézard, França

#### Ficha técnica:

**Arquitetos:** Rue Royale Architectes

**Área:** 2390 m<sup>2</sup>

**Ano:** 2014

**Fotografias:** Philippe Maillot

O Centro Comunitário La Queue du Lézard, localizado em La Rochelle (Figuras 32 e 33), na França, foi projetado pelos arquitetos do escritório Rue Royale Architectes, faz parte de um projeto de renovação urbana para o distrito, proposto pela ANRU (Agência Nacional Francesa para Renovação Urbana). É um complexo de equipamentos coletivos locais, com espaços comunitários para eventos, espaços para esporte.

Figura 32 - Espaço para esporte Centro Comunitário La Queue du Lézard



Fonte: Archdaily/

Figura 33 - Vista externa Centro Comunitário La Queue du Lézard



Fonte: Archdaily/Philippe Maillot

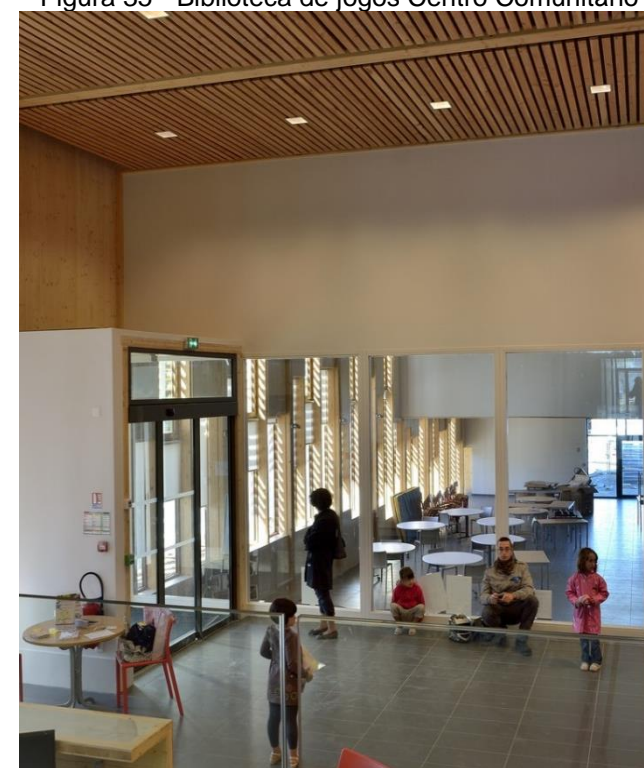
A construção inclui um espaço grande chamado Ágora no Ocidente, que se divide em várias salas, e podem ser utilizados separador ou alugado por completo, por um preço simbólico tanto para as atividades privadas. É um espaço completo em vários aspectos de instalações sanitárias, refeitórios, acessos, etc. Em cada lado da estrutura, possuem salas de diferentes tamanhos que comportam escritórios ou *workshops*. Este projeto chama a atenção pelo conceito bem elaborado "bioclimático" com base em edifícios compactos (Figura 34 e 35), orientado em relação à trajetória do sol.

Figura 34 - Projeto Centro Comunitário La Queue du Lézard



Fonte: Archdaily/

Figura 35 - Biblioteca de jogos Centro Comunitário



Fonte: Archdaily/Philippe Maillot

Esse exemplo pode ser adaptado ao Brasil, país que possui um clima diferente (com estações menos marcadas, e muito calor), mas que pode oferecer benefícios com este sistema, pois é importante a estrutura estar em consonância com os condicionantes ambientais do local, para economia de energia. A sustentabilidade é, assim, o principal motivo de escolha deste projeto de referência.

#### **4.4 Projeto Internacional: Centro Comunitário de La Serena, Chile**

**Ficha técnica:**

**Arquitetos:** 3 Arquitectos

**Ano:** 2011

**Área:** 613 m<sup>2</sup>

**Fotografias:** Alberto Castex

O Centro Comunitário de La Serena (Figuras 36, 37 e 38), no Chile, foi idealizado pelos arquitetos do escritório 3 Arquitectos, e é parte de um projeto chamado Amo Meu Bairro, do Ministério de Habitação e Urbanismo Chileno, e tem como objetivo aumentar a qualidade de vida dos bairros com grande vulnerabilidade e deterioração do país.

A intenção do projeto foi gerar uma nova imagem ao ambiente, através do centro social e de uma praça, e encorajar a ocupação e uso efetivo deste espaço público, integrar a atividade atual dos vizinhos assim como as atividades dos novos espaços de socialização do centro social. Os espaços internos (Figura 31) têm funções múltiplas, e são distribuídos em três níveis principais: a sala para adolescentes, sala de administração e espaço para eventos.

Figura 36 - Ambiente interno Centro comunitário



Fonte: Archdaily/Alberto Castex

Figura 37 - Praça Centro comunitário La Serena



Fonte: Archdaily/Alberto Castex

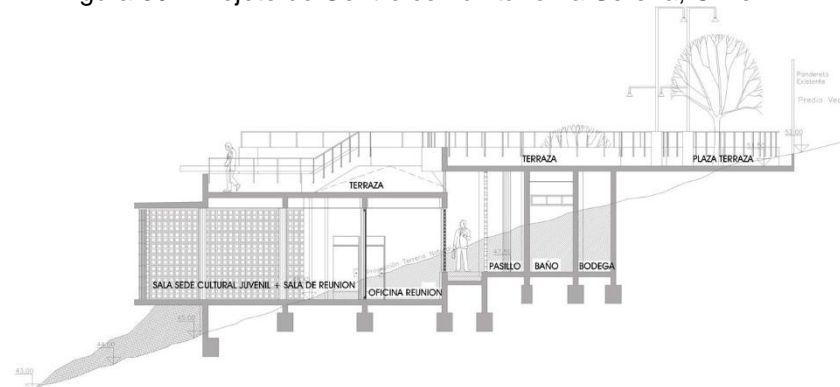
Figura 38 - Vista externa centro comunitário



Fonte: Archdaily/Alberto Castex

O interessante deste projeto é a resignificação que ele traz para um espaço público, antes usado de forma indevida, como as ocupações ilegais, e faz dele um local de uso coletivo, que busca a aproximação das pessoas. Além disso, o parque gera acessibilidade ao local, tanto para o centro comunitário como para o bairro. (Figura 39).

Figura 39 - Projeto do Centro comunitário La Serena, Chile



Fonte: Archdaily

## 4.5 Projeto Nacional: Oficina Boracea, São Paulo

### Ficha Técnica:

**Arquitetos:** Roberto Loeb e Arquitetos Associados

**Área construída:** 17.000m<sup>2</sup>

**Projeto/ construção:** 2002/ 2003

**Terreno:** 90.000

Entre as referências nacionais que chamam a atenção está a Oficina Boracea, em São Paulo, elaborado por Roberto Loeb e Arquitetos Associados. Ela ocupa o espaço da antiga oficina de transportes da Prefeitura de São Paulo, na Barra Funda, em terreno de 17.000 m<sup>2</sup>, que oferta atendimento à 680 pessoas em situação de rua. O local é estratégico por estar em região central e ter grande circulação de moradores de rua. O empreendimento buscou criar ambiente agradável, em espaços abertos que permitam a interação social (Figura 43), através da reforma e adaptação dos antigos galpões de transportes da prefeitura (Figura 40). A recepção tem funcionamento de 24 horas (Figura 41), disponibilizando o acesso às pessoas durante toda a noite, respeitando os hábitos noturnos da população que trabalha de madrugada nas ruas.

Figura 40 - Oficina Boracea vista de cima



Fonte: loebcapote.com

Figura 41 - Recepção da Oficina Boracea



Fonte: loebcapote.com

O projeto tem apenas caráter de acolhida provisória (Figura 42), com espaço que oferece condições dignas e acolhedoras. Este modelo de acolhimento apresenta um sistema prático, com regras que respeitam a população que utiliza o espaço, com consideração aos horários de trabalho diversos, espaços que podem integrar os usuários, e oferecer um tempo de descanso e paz. O fato de ser apenas um acolhimento provisório não diminui o valor deste, pois são diversas as motivações para uma pessoa estar sem teto, e é dever tanto do estado quanto da comunidade garantir proteção mínima as pessoas que passam por vulnerabilidades sociais. Este projeto apresenta duas principais características que podem ser reproduzidas: o local estratégico, que possibilita fácil acesso aos que precisam; e a reforma de um prédio antigo, que estava em desuso e podia ser ocupado ilegalmente, gerando mais problemas, encontra um novo significado, de acolhimento e proteção.

Figura 42 - Dormitório para acolhida provisória Oficina Boracea



Fonte: loebcapote.com

Figura 43 - Espaço coletivo Oficina Boracea



Fonte: loebcapote.com

## 4.6 Projeto Nacional: Albergue da Boa Vontade, Rio de Janeiro

### Ficha técnica:

**Arquitetos:** Affonso Eduardo Reidy e Gerson Pinheiro

**Ano:** 1931

**Área:** 556m<sup>2</sup>

O Albergue da Boa Vontade, no Rio de Janeiro, foi projetado pelos arquitetos Affonso Eduardo Reidy e Gerson Pinheiro em 1931 (figuras 44 e 45), objetivando criar um local onde as pessoas carentes e os imigrantes tivessem onde descansar, ter assistência médica e alimentação até o encaminhamento a uma habitação compatível. A edificação está localizada no bairro da saúde, próximo ao centro, e hoje abriga o CPRJ (Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro). Essa mudança de ocupação não quer dizer necessariamente que ele esteja sendo bem utilizado, pois foi construído para um fim diferente do que está sendo usado atualmente.

Figura 44 - Albergue da Boa vontade



Fonte: 3dwarehouse.sketchup.com

Figura 45 - Fachada do Albergue da Boa vontade



Fonte: Fonseca, Sanches/Bonduki, 1999

Apesar de estar sendo utilizado para outro objetivo, a construção foi bem projetada e possui dois pavimentos, onde um grande pátio interno articula suas dependências (figura 46). No segundo pavimento, estão as alas destinadas aos dormitórios, os quais possuíam mecanismos muito interessantes como camas que se elevavam rumo ao teto para facilitar a limpeza dos alojamentos. A praticidade torna a construção simples, mas que oferece todo suporte para o objetivo inicial, sendo assim este é considerado uma referência de abrigo temporário, conforme as imagens abaixo.

Figura 46 - Pátio Interno do Albergue da Boa vontade



Fonte: Fonseca, Sanches/Bonduki

## **4.7 Análise das referências**

### **Projeto 01:**

O primeiro parâmetro utilizado como referência é um Centro Comunitário localizado no município de Adelaide, Austrália, que oferece diferentes tipos de atividades, tanto nos espaços internos como externos, espaços multifuncionais, pois, são importantes para pessoas em vulnerabilidade social, é uma edificação flexível e possui uma identidade visual, nas fachadas, coberturas e teto foram projetos partido arquitetônico com Design, que expressa leveza e o telhado como se estivesse flutuando. No Centro de Acolhimento na Cidade de Cuiabá, foram utilizados como referências os espaços multifuncionais, assim, é possível observar espaços para estes fins, como: as circulações do bloco profissional circulações que pode ser utilizada em diferentes tipos de atividades.

### **Projeto 02:**

O segundo parâmetro é Habitação Estados Unidos, é um edifício para moradores de rua, que possui diversos ambientes para transição das pessoas em vulnerabilidade social, assim, no projeto para o Centro de Acolhimento em Cuiabá, foram utilizadas referências na definição do programa de necessidades, oferecendo espaços para saúde, habitação e profissional.

### **Projeto 03:**

A terceira referência é o Centro Comunitário La Queue du Léopard, localizado na França, o edifício possui diversos espaços e atividades é admirado pelo conceito da arquitetura bioclimática. No Centro de Acolhimento na Cidade de Cuiabá, foram utilizados como bases os ambientes também para definição do programa de necessidades e o conceito bioclimático, sendo muito importante

para cidade de Cuiabá, devido ao clima quente, ou seja, verão quase todos os dias o período do ano e outro ponto que chamou atenção são os espaços verdes, a predominância da natureza para o bem-estar, conforto e revitalização das pessoas.

#### **Projeto 04:**

O Centro Comunitário de La Serena no Chile, é utilizado como parâmetro projetual devido a resignificação dos espaços e a acessibilidade presentes no local, assim, é considerado como ponto primordial do projeto, para que seja acessível a todos.

#### **Projeto 05:**

A Oficina Boracea em São Paulo, é utilizado como parâmetro projetual devido aos conceitos adotados, para oferecer qualidade no local, assim, foi adotado o conceito da localização, como ponto estratégico para pessoas em vulnerabilidade social. A localização escolhida foi observada esses pontos estratégicos, para oferecer apoio e habitação para os moradores de ruas.

#### **Projeto 06:**

O Albergue da Boa Vontade no Rio de Janeiro, utilizado como parâmetro projetual no Centro de Acolhimento em Cuiabá, o conceito arquitetônico, como os espaços abertos no centro dos blocos, valorizando a entrada de iluminação e ventilação natural, no projeto pode ser observado os espaços abertos no centro dos blocos, utilizado como jardins e para arquitetura bioclimática, os blocos habitacionais e profissionais possuem as aberturas centrais.

A seguir apresenta-se o quadro com a análise comparativa dos projetos referenciais.

**TABELA 01 – Síntese análise comparativa dos Projetos Referenciais**

ATRIBUTO	VARIÁVEIS	PROJETOS REFERENCIAIS					
		CENTRO COMUNITÁRIO, SUSTENTABILIDADE WOODCROFT	ARQUITETURA BUD CLARK COMMONS / HOLST	CENTRO COMUNITÁRIO LA QUEUE DU LÉZARD	CENTRO SOCIAL COMUNITÁRIO LA SERENA	PROJETO OFICINA BORACEA	ALBERGUE BOA VONTADE
ESTRUTURA FÍSICA	Situação Atual	Em funcionamento	Em funcionamento	Em funcionamento	Em funcionamento	Em funcionamento	Em funcionamento
	Localização	Woodcroft, Austrália	Estados Unidos	La Rochelle, França	La Serena, Chile	São Paulo Brasil	Rio de Janeiro Brasil
	Metragem (m <sup>2</sup> )	600m <sup>2</sup>	106.000 m <sup>2</sup>	2390 m <sup>2</sup>	613 m <sup>2</sup>	17.000 m <sup>2</sup>	556m <sup>2</sup>
	Partido Arquitetônico	flexibilidade, sustentabilidade	Sustentabilidade, forma e função	Sofisticado	Sofisticado	Sofisticado	Formal, linear, moderna
	Ambientes Projetados	Centro comunitário	Habitação de apoio, centro de recursos comunitarios	Escola, instalações sanitárias e áreas de serviço, administração, área de vivencia	sala para adolescentes, sala de administração, espaço para eventos, cozinha, sala de administração	Oficinas temáticas (esporte cultura arte e idioma), restaurantes, lavanderia, consultórios medico e odontológicos,	Habitação compatível, assistência medica, refeitórios

						canil para 30 cachorros	
<b>Materiais construtivos</b>	Madeira, Aço e Vidro	Concreto armado, aço e vidro	concreto, aço galvanizado madeira, vidro	Aço, concreto, policarbonato	Concreto, alvenaria, aço	Alvenaria, aço e vidro	
<b>Sistema Construtivo</b>	Alvenaria e aço	Concreto armado	Concreto armado	Concreto armado	Concreto armado	Alvenaria	
<b>Condicionantes ambientais</b>	Materiais com resistência ao fogo	Eficiência, conforto e fácil manutenção	Jogo de luz artificial e iluminação natural, com uso de brises para barrar luz do sol no verão e permiti-lo no inverno	Iluminação natural, ventilação natural	Espaços abertos que permite a integração social, que permiti a iluminação e ventilação natural	Pátio semi-descoberto e vazios centrais	
<b>Sistema energético</b>	Projeto com orientação solar e ventilação cruzada pensadas para iluminação e resfriamento naturais. Uso de painéis fotovoltaicos voltados para o norte.	Iluminação natural, eficiência energética, telhados verdes	Ventilação Natural, e iluminação	Ventilação natural, iluminação natural, através de cobógos	Iluminação Natural, painéis solares	uso da ventilação cruzada por meio de esquadrias	

	<b>Instalações complementares</b>	Entrada pública, espaço magnético e gregário	Abrigo provisório, suporte bicicletário, canis, posto de correio e informática, biblioteca, posto médico, barbearia, sala de artes	Espaços para esporte e uma biblioteca de jogos	Praça, banheiros públicos.	estacionamento para carrinhos coletores de produtos recicláveis	São dois pavimentos, Pátio de acolhimento, administrativa com recepção, administração, sala de exame médico, dormitórios distintos, áreas de internação
	<b>Entorno</b>	Residências empresas, equipamentos comunitários	Grandes comércios e residências, fronteira com o Pearl District	Residencial	Residencial e comercial	Residencial e comercial, próximos a equipamentos comunitários	Residências, comércios, empresas e equipamentos comunitários
	<b>Outros aspectos relevantes</b>	Design icônico, um marco cívico dentro da área residencial	Design e práticas de construção sustentáveis	Espinha dorsal de concreto contendo todas as vias de circulação vertical	O ponto articulador de todo projeto é a praça na cobertura da edificação	Núcleo de atendimento a catadores de materiais recicláveis e espaço para coleta seletiva	Jogos de cheios e vazios, arquitetura adaptável, janela em fita

Fonte: Autor, 2020

# Capítulo 5

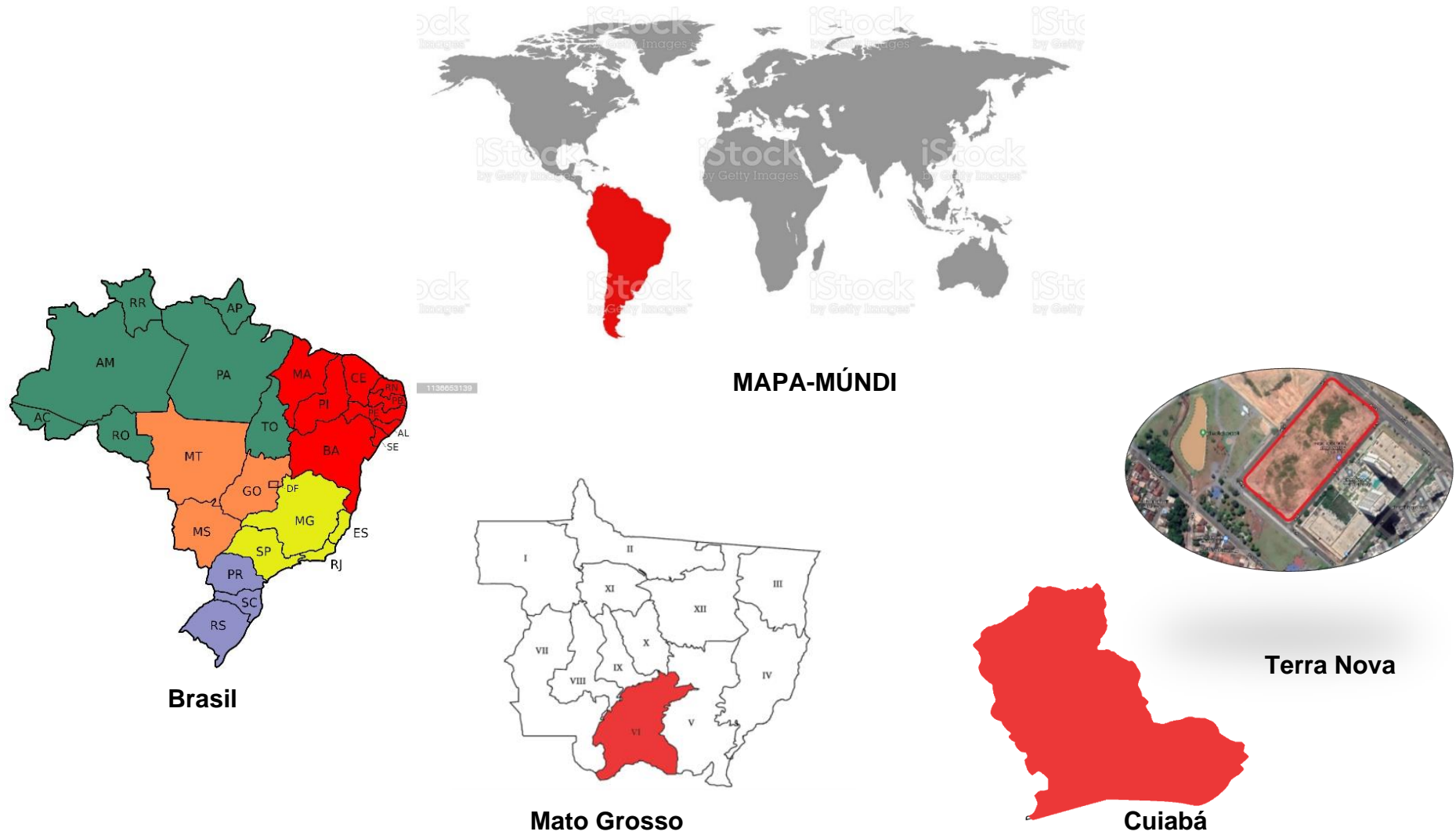
## **5. CONDICIONANTES DE PROJETO**

O Centro de Acolhimento e Apoio para Pessoas em Vulnerabilidade Social está localizado no município de Cuiabá – MT, na Av. A com Rua N e Rua K., Bairro Terra Nova, o terreno possui área de aproximadamente 17.932,68 m<sup>2</sup>. O projeto arquitetônico tem como finalidade a construção com técnicas sustentáveis, econômico, seguindo parâmetros ambientais para cidade de Cuiabá, e pesquisas no microclima da região, ventos insolação solar, o estudo do perfil socioeconômico do bairro onde está situado o terreno. É de suma importância a verificação de normas ambientais e premissas locais do município e a utilização de sistemas construtivos sustentáveis, para o desenvolvimento do projeto.

### **5.1. Aspectos urbanos**

Para o desenvolvimento da proposta arquitetônica para O Centro de Acolhimento e Apoio para Pessoas em Vulnerabilidade Social, definiu-se como a primeira etapa a seleção de terrenos. O local escolhido está em uma região próximas a avenidas importantes para cidade, ao lado de uma praça arborizada, assim, melhorando o clima local, é um terreno considerado de tamanho médio e ao entorno do terreno possui avenida estrutural e vias locais, facilitando o acesso até local, o terreno está localizado no país Brasil, no estado de Mato Grosso, na cidade de Cuiabá, no bairro Terra Nova (figura 47).

Figura 47: Localização Espacial



O terreno está localizado no município de Cuiabá – MT, na Av. A com Rua N e Rua K., Bairro Terra Nova, o terreno possui área de aproximadamente 17.932,68 m<sup>2</sup> (figura 48).

Figura 48: Localização



Fonte: Autoria própria, 2021

O terreno está locado ao entorno de áreas importantes, como:

- ✓ Shopping Pantanal;
- ✓ Parque da Família;
- ✓ Condomínio Alvorada Cuiabá;
- ✓ Residencial Cristal;
- ✓ Residencial Terra Nova;
- ✓ Residencial Harmonia;
- ✓ Condomínio Residencial Prive Verona;
- ✓ Padaria do Moinho;
- ✓ Receita Federal do Brasil;
- ✓ Grande Templo;
- ✓ Havan Cuiabá I;
- ✓ INTERMAT - Instituto de Terras de Mato Grosso;
- ✓ SESI Park;

Figura 49: Entorno – Raio de 1km



Fonte: Autoria própria, 2021

Figura 50: Entorno – Raio de 3km

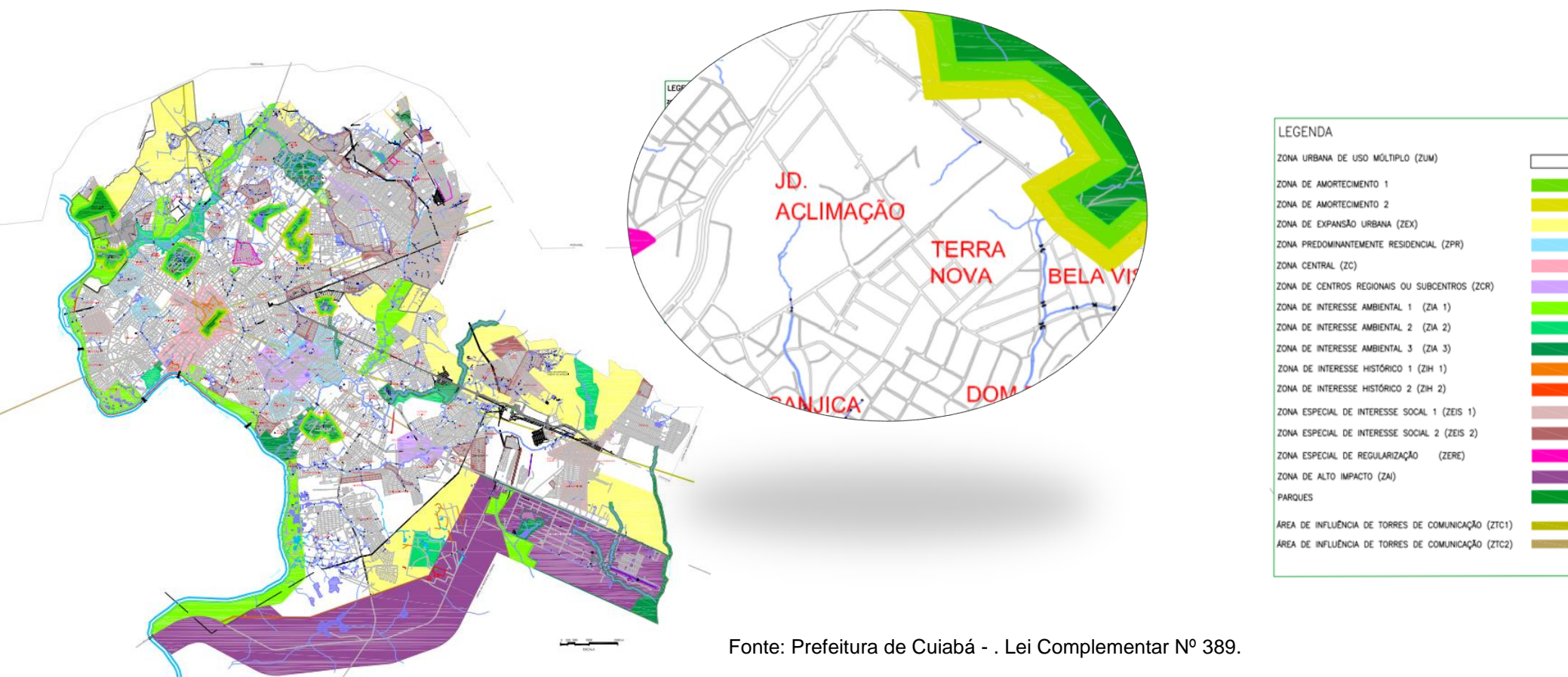


Fonte: Autoria própria, 2021

## 5.2 Uso do solo e atividades existentes

Conforme a planta de zoneamento do município de Cuiabá-MT, o bairro Terra Nova, encontra-se em uma Zona Urbana de Uso Múltiplo – ZCTR 1. (Figura 51)

Figura 51: Zoneamento



Fonte: Prefeitura de Cuiabá - . Lei Complementar Nº 389.

De acordo com Lei Complementar Nº 389 de 03 de novembro de 2015, Disciplina o Uso e Ocupação do Solo no Município de Cuiabá, o terreno encontra-se na Zona de Uso Múltiplo – ZUM (tabela 03), e na categoria ZTCR 1

**Art. 9º** A Zona Urbana de Uso Múltiplo é a zona onde é recomendada a integração dos vários usos e atividades, desde que compatíveis com a vizinhança.

**Art. 10** A Zona Urbana de Uso Múltiplo é definida pela Macrozona Urbana de Cuiabá, excluindo-se a Zona de Expansão Urbana e as Zonas Urbanas Especiais.

**Art. 11** Na Zona Urbana de Uso Múltiplo, não será permitido o licenciamento de atividades e empreendimentos da subcategoria Alto Impacto Segregável.

**Art. 12** A aprovação de atividades ou empreendimentos da categoria Médio Impacto fica condicionada ao atendimento das exigências da Análise de Localização e Atividade.

**Art. 13** A aprovação de atividades ou empreendimentos da categoria Alto Impacto Não Segregável fica condicionada ao atendimento das exigências do Estudo de Impacto de Vizinhança e ao Relatório de Impacto de Vizinhança. Lei Complementar Nº 389 (2015, p.11)

Tabela 02: Índices Urbanísticos

ÍNDICES URBANÍSTICOS								
Zonas Urbanas	Coefficiente de Ocupação (CO)	Cobertura vegetal paisagística (CVP)	Cobertura Vegetal Arbórea (CVA)	Coefficiente de Permeabilidade (CP) [1]	Potencial Construtivo (PC)	Limite de Adensamento (LA)	Potencial Construtivo Excedente (PCE)	Gabarito de Altura
ZUM	0,50	0,20	0,05	0,25	1,00	3,00	2,00	-

Fonte: Lei Complementar Nº 389 de 03 de novembro de 2015

**Art. 63** As Zonas Corredores de Tráfego subdividem-se em:

**I - Zonas Corredores de Tráfego 1 – ZCTR 1 são compreendidas pelos lotes com frente para as vias públicas urbanas classificadas como Vias Estruturais.**

§ 1º Nos casos de imóveis situados em esquinas formadas por corredores de diferentes classificações, o licenciamento de atividades e empreendimento seguirá os índices urbanísticos estabelecidos para o corredor onde se dará o acesso da atividade, ou quando o acesso se der por mais de uma via, para o corredor de maior restrição.

Art. 64 Nos Corredores de Tráfego 1 não será permitido o estacionamento de veículos ao longo da via pública, exceto nos casos regulamentados pelo setor competente do município.

Art. 65 Nos Corredores de Tráfego não será permitido o licenciamento de atividades da subcategoria Alto Impacto Segregável.

Art. 66 Os parâmetros lote mínimo e índices urbanísticos permitidos em Zonas Corredores de Tráfego estão relacionados na Tabela de Índices Urbanísticos, disposta no art. 150, desta Lei.

Art. 67 Para a implantação das atividades das categorias Médio Impacto deverá ser feita a Análise de Localização e Análise de Atividade.

Tabela 03: Índices Urbanísticos

ZCTR 1	0,75	0,20	0,05	0,25	3,00	6,00	3,00	-
ZCTR 2	0,70	0,20	0,05	0,25	2,00	4,00	2,00	-
ZCTR 3	0,65*	0,20	0,05	0,25	2,00	4,00	2,00	-

Fonte: Lei Complementar Nº 389 de 03 de novembro de 2015

### 5.3 Perfil Socioeconômico de Cuiabá – Bairro Terra Nova

De acordo com Perfil Socioeconômico dos Bairros de Cuiabá, divulgado em 2007, pela prefeitura municipal de Cuiabá, o Bairro Terra Nova, está localizado na região leste do município, e possui aproximadamente área territorial de 25,89 m<sup>2</sup>. A estrutura etária da população está entre menos 01 ano de vida há mais de 75 anos de idade, conforme a tabela 09.

Tabela 04: Perfil Socioeconômico de Cuiabá – Bairro Terra Nova

• **ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO (%):**

Faixa Etária (anos)	Valor Absoluto			%		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	2.778	1.236	1.542	100,00	44,49	55,51
menos de 1	44	20	24	1,58	0,72	0,86
de 1 a 4	176	86	90	6,34	3,10	3,24
de 5 a 9	223	112	111	8,03	4,03	4,00
de 10 a 14	219	103	116	7,88	3,71	4,18
de 15 a 19	230	101	129	8,28	3,64	4,64
de 20 a 24	298	119	179	10,73	4,28	6,44
de 25 a 59	1.497	654	843	53,89	23,54	30,35
de 60 a 64	36	15	21	1,30	0,54	0,76
de 65 a 69	21	12	9	0,76	0,43	0,32
70 a 74	17	7	10	0,61	0,25	0,36
+ de 75	17	7	10	0,61	0,25	0,36

Fonte: Perfil Socioeconômico dos Bairros de Cuiabá

• **Escolaridade**

Foi realizado uma pesquisa, conforme o perfil socioeconômico dos bairros de Cuiabá (2007), e foi levantando à taxa de escolaridade dos habitantes da região que Bairro Terra Nova. Assim, quanto à escolaridade dos responsáveis pelos domicílios, predomina o grupo de 11 a 14 anos de estudo, sendo que 0,29% não possuem instrução, 0,77% possuem de 1 a 3 anos de estudo, 5,28% possuem de 4 a 7 anos, 7,10% de 8 a 10 anos, 45,87% de 11 a 14 anos e 40,87% 15 anos ou mais.

- **Renda**

De acordo com Perfil Socioeconômico dos Bairros de Cuiabá, divulgado em 2007, pela prefeitura municipal de Cuiabá:

O bairro é de renda médio-alta, sendo que a média da renda dos responsáveis pelos domicílios é de 11,87 salários mínimos. Conforme a classe de rendimento mensal do responsável pelo domicílio, o bairro apresenta predominância de pessoas com rendimentos na faixa de 5 a 10 salários mínimos (S.M) e segundo a seguinte distribuição: 5,62% não possuem rendimentos, 2,99% recebem até 2 S.M., 3,53% recebem de 2 a 3 S.M., 10,76% de 3 a 5 S.M., 39,27% na faixa de 5 a 10 S.M., 25,88% de 10 a 20 S.M. e 11,95% recebem mais de 20 S.M.

- **Habitação**

Os dados levantados sobre habitação, de acordo com Perfil Socioeconômico dos Bairros de Cuiabá (2007): Domicílios particulares permanentes por condição de ocupação: no bairro existiam 1.042 domicílios, dos quais 120 eram próprios já quitados, 632 em aquisição, 236 eram alugados, 24 eram cedidos e 30 de outra condição de ocupação. Moradores segundo a espécie do domicílio: do total de 2.778 pessoas, 3 moravam em casas e 2.775 em apartamentos

## **5.4 Microclima – Clima e Insolação**

Em Cuiabá a climatologia apresenta temperatura do ar média entre 27°C, de acordo com Liberato (2019, p.02), apresenta: média de 27°C nos meses chuvosos (dezembro, janeiro, fevereiro e março) e precipitação mensal variando entre 200 e 250 mm. Por outro lado, durante os meses secos (junho, julho, agosto e setembro) a precipitação mensal varia entre 20 e 25 mm, e a

temperatura do ar média varia entre 23,7 e 25,4°C (DINIZ; RAMOS; REBELLO, 2018). O clima da região é tropical continental, quente e úmido, o município possui dois períodos, seco e chuvoso. Assim, é considerado verão quase todo ano, devido as altas temperaturas superiores a 35°C. O período seco é entre junho a setembro, porém pode estende-se para mais alguns meses, devido a poluição atmosférica, nessa época ocorrem as frentes frias, acompanhado de garoas e ventos intensos em alguns locais da cidade.

### 5.4.1 Ventos

No município de Cuiabá-MT foi observado que as direções predominantes dos ventos são opostas compradas com períodos climatológico diferentes, ou seja, seco e chuvoso. Durante o período seco foi analisado que os ventos são mais frequentes de Sul-sudeste, sofre interferência das massas de ar frio vindas do sul. Já no período chuvoso os ventos são predominantes no sentido noroeste, com interferências de baixos níveis a leste. De acordo com Liberato (2018, p.03):

A direção predominante do vento durante o período seco (inverno) foi de sul-sudeste. Com maior frequência de ventos médios na faixa 0,50 a 2,10 m/s (72,5%) e rajadas maior ou igual a 11,1 m/s (0,4%). Durante o período chuvoso (verão) a direção predominante do vento foi de noroeste, com maior frequência de ventos médios variando entre 0,50 a 2,10 m/s (80,9%) e rajadas maior ou igual a 11,1 m/s (0,6%).

Conforme Borges (2007, p.15) explica que os ventos possuem diferenças na absorção de acordo com o período:

O vento é o ar em movimento resultante da variação barométrica (pressão do ar) causada pela diferença de absorção e incidência de energia solar nos diferentes pontos da superfície terrestre. A superfície da Terra absorve a energia solar, aquece o ar próximo a sua superfície, e este pode ser transportado para as regiões mais altas da atmosfera pelo movimento vertical do ar (convecção) ou para regiões adjacentes através do transporte horizontal (advecção). Por isso,

quando se estuda o vento em meteorologia costuma-se dividi-lo em suas componentes horizontais (nas direções leste/oeste e norte/sul), e vertical (movimento ascendente e descendente) Borges (2007, p.15).

### **5.4.2 Vegetação**

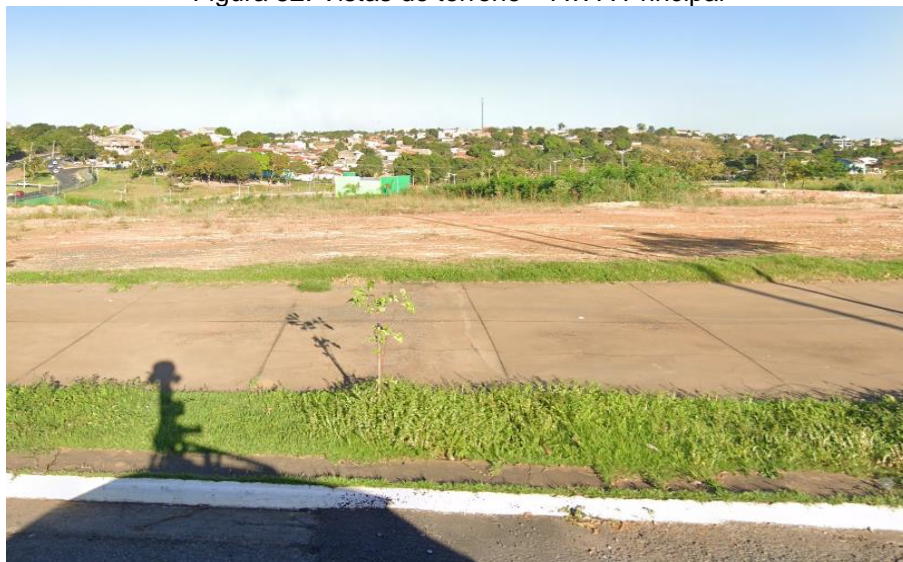
O ecossistema na cidade de Cuiabá é identificado como bioma Cerrado, a vegetação nativa encontrada é região fitofisionômica pela ocorrência do cerrado, cerradão, mata ciliar, mata semidecídua e mata de encosta. O cerrado é encontrado as margens de córregos, vegetação domiciliar, riachos e rios, fundos de vale, parques, praças e vegetação.

Conforme o Perfil Socioeconômico de Cuiabá (2012), foi pesquisado que: Em Cuiabá a vegetação nativa podem-se encontrar a bocaiuva (*Acracomia aculeata*), espécie de palmeira com folhas terminais e fruto bastante apreciado na região; o pequi (*Caryocar brasiliense*), árvore de porte médio, com flores brancas e fruto comestível, amplamente utilizado na culinária, a exemplo do licor; o angico-branco (*Anadenanthera sp.*), árvore de porte médio com floração entre novembro e janeiro; o cumbaru (*Dipteryx alata*), árvore de porte médio com flores albirrosadas; o ipê-amarelo (*Tabebuia caraiba*); o tarumã (*Vitex cymosa*), árvore frondosa com inflorescências azuis rotáceas; a lixeirinha (*Davilla rugosa*), arbusto de caule áspero e folhas ásperas.

## **5. 5 Levantamento fotográfico do terreno**

Após a realização de pesquisas bibliográficas e averiguações em estudos históricos, foram necessários os levantamentos infográficos, ou seja, os levantamentos fotográficos ao entorno do terreno. As figuras 52 a 55, são imagens do terreno.

Figura 52: Vistas do terreno – Av. A Principal



Fonte: Google Maps

Figura 53: Vistas do terreno – Rua N



Fonte: Google Maps

Figura 54: Vistas do terreno – Av. A Principal



Fonte: Google Maps

Figura 55: Vistas do terreno – Rua k

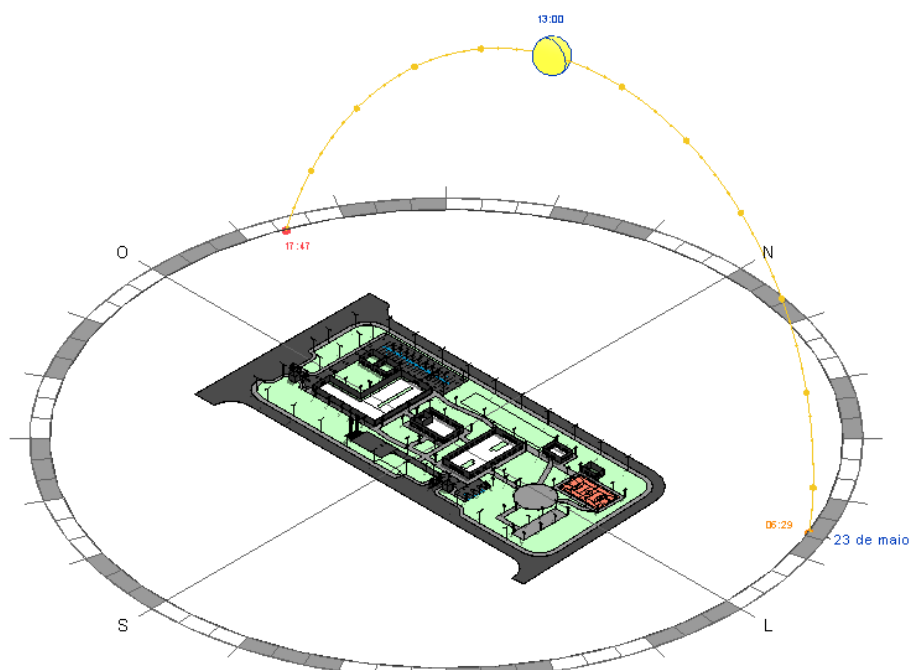


Fonte: Google Maps

## 5.6 Aspectos funcionais

Para o desenvolvimento de construções sustentáveis, e estudo do conforto térmico e benefícios naturais como a entrada de iluminação e ventilação natural, foi realizado o levantamento e estudo do local, como o sentido do norte verdadeiro, ventos predominantes, horário de incidências solar nas fachadas. Com bases nesses parâmetros foi proposta técnicas construtivas, fluxograma e definição dos ambientes e setores, como as áreas que recebem maior insolação solar foi desenvolvido barreiras para conter o calor e diminuir o consumo energético.

Figura 56: Estudo Solar



Fonte: Autoria própria, 2021

### 5.6.1 Sistema Construtivo – Controle Solar - Brises Móveis

Para o controle da radiação solar foram adotados os conceitos da arquitetura bioclimática, a proposta é a utilização de Brises móveis no sentido vertical em ângulo de 45°, o modelo definido é o Termobrise Hunter Douglas (figuras 57, 58 e 59). De acordo com o modelo:

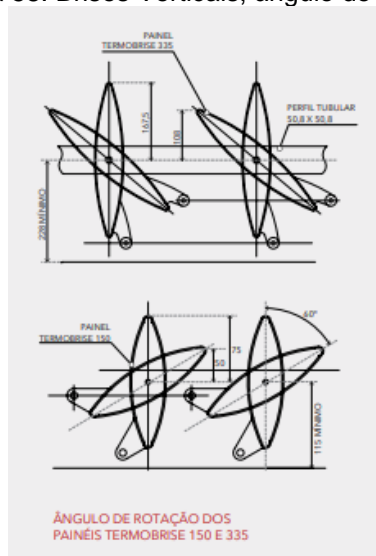
O Termobrise Hunter Douglas é um produto desenhado para aplicações em fachadas de edificações, podendo ser instalado na vertical ou horizontal conforme projeto, disponível em duas dimensões, 150 e 335mm de largura. Este produto pode ser adaptado a qualquer tipo de estrutura, permitindo seu uso tanto em obras novas como obras existentes. Seu interior é preenchido com poliuretano expandido injetado, que proporciona alta rigidez, permitindo grandes comprimentos de lâminas. Os painéis se unem por meio de barra de acionamento, que permite a movimentação conforme necessidade do usuário Douglas (2020).

Figura 57: Brises Verticais



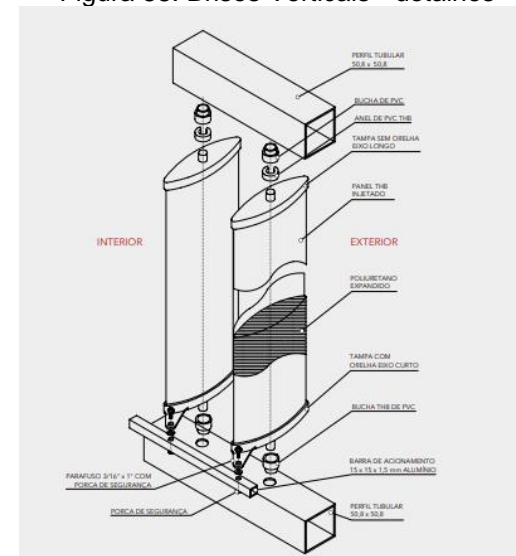
Fonte: Hunter Douglas

Figura 58: Brises Verticais, ângulo de rotação



Fonte: Hunter Douglas

Figura 58: Brises Verticais - detalhes



Fonte: Hunter Douglas

### **5.6.2 Resfriamento Evaporativo**

A evaporação da água pode reduzir a temperatura e simultaneamente aumentar a umidade dramática de um ambiente. Um exemplo desta redução é a típica fonte dos pátios árabes. Em Praças quentes e secas também a vegetação pode otimizar as condições de conforto por resfriamento evaporativo. Com o resfriamento direto dos espaços interiores através da evaporação se requer boa taxa de ventilação para evitar o avulso de vapor de água LAMBERTS (2014).

No projeto uns dos exemplos utilizados de resfriamento evaporativo direto são: o uso das vegetações ao entorno das edificações, foi planejado a utilização de árvores com copa densa para proteção e resfriamento das paredes.

### **5.6.3 Sombreamento**

O sombreamento é uma das estratégias mais importante do Brasil, pois o país tem o clima quente na maior parte do seu território na maior parte do ano. Esta estratégia deve ser utilizada sempre que a temperatura do ar for superior a 20°C LAMBERTS (2014).

Uma das técnicas utilizadas projetual, foram a criação de uma barreira com jardim entorno da Edificação com brises, para permitir a entrada de iluminação e ventilação, e barrar a insolação solar direta nas paredes, assim, as paredes não recebem a massa de ar quente, pois tem um jardim de aproximadamente 1.50m, até chegar nas paredes internas. Sendo benéfico para a edificação, pois, foi desenvolvido o conforto térmico, principalmente para áreas do alojamento e parte administrativa, onde fluxo de pessoas é diário. Ainda no mesmo bloco, foram projetadas marquises, e o centro das edificações também possuem um jardim aberto, para entrada de luz e ventilação natural.

#### **5.6.4 Iluminação Natural**

Além dos fenômenos térmicos, a radiação é a principal fonte de luz natural. Uma parte da luz que penetra em um edifício principalmente sua parcela direta, é absorvida e convertida em calor LAMBERTS (2014).

No projeto utilizou esses princípios através das fontes de jardim no centro dos blocos, são espaços abertos com paredes de vidros, que permite a iluminação entre dentro dos ambientes internos.

#### **5.6.4 Ventilação Natural e Cruzada**

Em uma região climática pode haver variações significativas de direção e de velocidade do movimento do ar, o que provoca seu deslocamento da área de maior pressão para a área de menor pressão LAMBERTS (2014).

A ventilação cruzada é uma das técnicas mais eficazes num ambiente, pois exige basicamente duas aberturas. No bloco do setor profissional, foi desenvolvido a técnica de ventilação cruzada para melhor conforto das pessoas.

# Capítulo 6

## 6. PROPOSTA PROJETUAL

A proposta arquitetônica para o Centro de Acolhimento para Pessoas em Vulnerabilidade Social foi baseado em parâmetros mínimos de acordo com os livros Arte de projetar em arquitetura 18ª edição, por Ernst Neufert e Benelisa Franco (2013), o Manual do Arquiteto: Planejamento, dimensionamento e Projeto, por Pamela Buxtom, Dimensionamento humano para espaços interiores, por Julius Panero e Martin Zelnik (2017), entre outros autores que contribuíram para definição dos espaços, como também análises em trabalhos acadêmicos e centro de acolhimento existente no Brasil. A proposta tem como finalidade o desenvolvimento sustentável, econômico, propondo-se interações humanas, integração com a natureza e principal função a reintegração dos moradores de ruas na sociedade, propondo-se interações humanas.

- **Caracterização da população alvo**

O público-alvo é caracterizado de acordo com os três parâmetros básicos desenvolvidos:

- ✓ Moradores de ruas;
- ✓ Pessoas em vulnerabilidade social;
- ✓ Público feminino e masculino, sendo predominante o masculino;
- ✓ Faixa etária entre adolescentes e idosos.
- ✓ Pessoas acompanhadas de animais.

**Pré-dimensionamento E Programa de necessidades**

<b>Tabela 05: Pré-Dimensionamento Setor administrativo</b>				
<b>SETOR</b>	<b>AMBIENTES</b>	<b>QNTD.</b>	<b>ÁREA (M<sup>2</sup>)</b>	<b>ÁREA TOTAL (M<sup>2</sup>)</b>
<b>SETOR ADMINISTRATIVO</b>	Recepção	01	16.00 m <sup>2</sup>	32.00 m <sup>2</sup>
	Espera	01	6.00 m <sup>2</sup>	12.00 m <sup>2</sup>
	Conjunto Sanitário Feminino	01	16.00 m <sup>2</sup>	32.00 m <sup>2</sup>
	Conjunto Sanitário Masculino	01	16.00 m <sup>2</sup>	32.00 m <sup>2</sup>
	Banheiro PCD Fem.	01	5.00 m <sup>2</sup>	5.00 m <sup>2</sup>
	Banheiro PCD Mas.	01	5.00 m <sup>2</sup>	5.00 m <sup>2</sup>
	Sala de Triagem	02	12.00 m <sup>2</sup>	24.00 m <sup>2</sup>
	Salas administrativa	01	12.00 m <sup>2</sup>	12.00 m <sup>2</sup>
	Secretaria	01	12.00 m <sup>2</sup>	12.00 m <sup>2</sup>
	Financeiro	01	12.00 m <sup>2</sup>	12.00 m <sup>2</sup>
	Sala para descanso dos funcionários	01	20.00 m <sup>2</sup>	20.00 m <sup>2</sup>
	Vest. para funcionários Masc.	01	16.00 m <sup>2</sup>	16.00 m <sup>2</sup>
	Vest. para funcionários Fem.	01	16.00 m <sup>2</sup>	16.00 m <sup>2</sup>
	Banheiro PCD Fem.	01	5.00 m <sup>2</sup>	5.00 m <sup>2</sup>
	Banheiro PCD Mas.	01	5.00 m <sup>2</sup>	5.00 m <sup>2</sup>
	Almoxarifado	01	10.00 m <sup>2</sup>	10.00 m <sup>2</sup>
	Copa	01	6.00 m <sup>2</sup>	6.00 m <sup>2</sup>
	DML	01	4.00 m <sup>2</sup>	4.00 m <sup>2</sup>
			<b>TOTAL:</b>	<b>260.00 m<sup>2</sup></b>

<b>Tabela 06: Pré-Dimensionamento Setor de atendimento ao paciente</b>				
<b>SETOR</b>	<b>AMBIENTES</b>	<b>QNTD.</b>	<b>ÁREA (M<sup>2</sup>)</b>	<b>ÁREA TOTAL (M<sup>2</sup>)</b>
	Sala de Triagem	02	9.00 m <sup>2</sup>	18.00 m <sup>2</sup>
	Sala de atendimento social	03	14.00 m <sup>2</sup>	42.00 m <sup>2</sup>

SETOR DE ATENDIMENTO AO PACIENTE	Sala de Psicologia	02	14.00 m <sup>2</sup>	28.00 m <sup>2</sup>
	Consultório médico	02	16.00 m <sup>2</sup>	32.00 m <sup>2</sup>
	Banheiro PCD	02	5.00 m <sup>2</sup>	10.00 m <sup>2</sup>
	DML	01	4.00 m <sup>2</sup>	4.00 m <sup>2</sup>
	<b>TOTAL:</b>			<b>134.00 m<sup>2</sup></b>
<b>Tabela 07: Pré-Dimensionamento Setor para acolhimento</b>				
<b>SETOR</b>	<b>AMBIENTES</b>	<b>QNTD.</b>	<b>ÁREA (M<sup>2</sup>)</b>	<b>ÁREA TOTAL (M<sup>2</sup>)</b>
SETOR PARA ACOLHIMENTO	Quarto s famílias	04	25.00 m <sup>2</sup>	100.00 m <sup>2</sup>
	Quartos Coletivos para 50 pessoas fem.	01	40.00 m <sup>2</sup>	40.00 m <sup>2</sup>
	Quartos Coletivos para 50 pessoas mas.	02	40.00 m <sup>2</sup>	80.00 m <sup>2</sup>
	Cozinhas Coletivas	02	30.00 m <sup>2</sup>	60.00 m <sup>2</sup>
	Conjunto Sanitário Feminino	01	16.00 m <sup>2</sup>	16.00 m <sup>2</sup>
	Conjunto Sanitário Masculino	01	16.00 m <sup>2</sup>	16.00 m <sup>2</sup>
	Banheiro PCD	02	5.00 m <sup>2</sup>	10.00 m <sup>2</sup>
	Lavanderia Coletiva	02	20.00 m <sup>2</sup>	40.00 m <sup>2</sup>
	DML	01	4.00 m <sup>2</sup>	4.00 m <sup>2</sup>
	<b>TOTAL:</b>			<b>414.00 m<sup>2</sup></b>

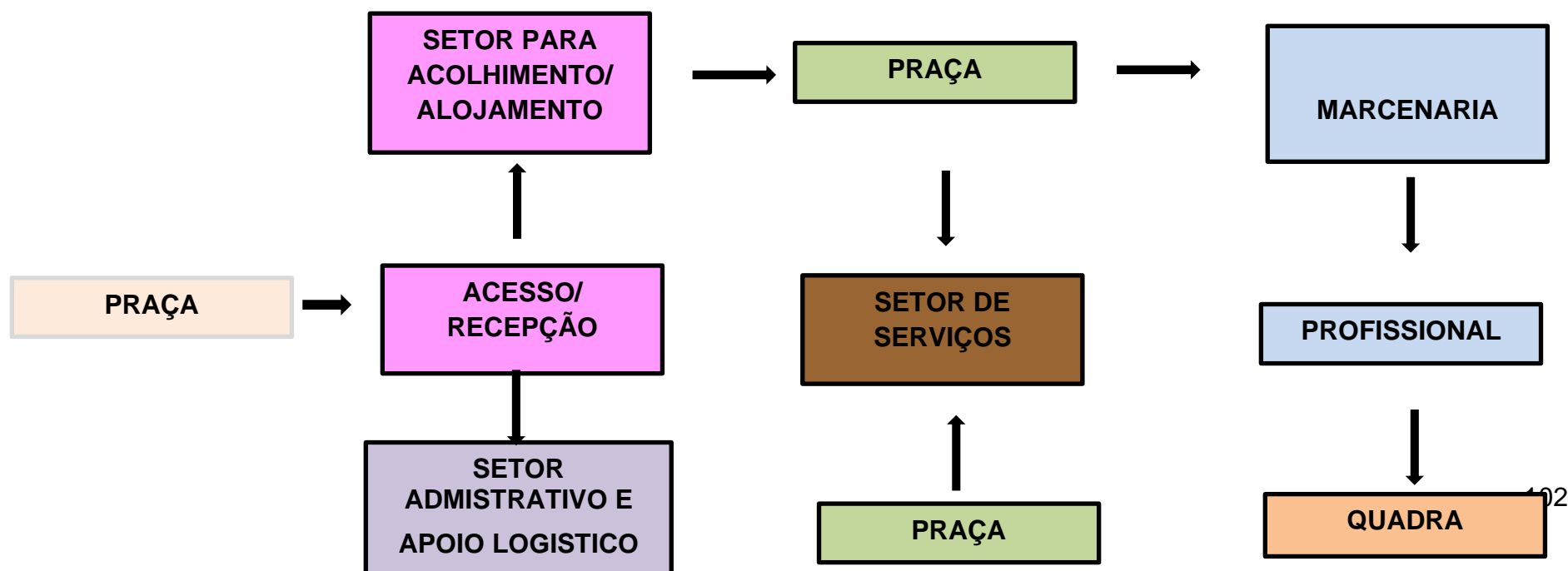
<b>Tabela 08: Pré-Dimensionamento setor profissional</b>					
<b>SETOR</b>	<b>AMBIENTES</b>	<b>QNTD.</b>	<b>Popul. total</b>	<b>ÁREA (M<sup>2</sup>)</b>	<b>ÁREA (M<sup>2</sup>)</b>
SETOR PROFISSIONAL	Biblioteca	01	10 pessoas	30.00 m <sup>2</sup>	30.00 m <sup>2</sup>
	Sala de aula	03	15 pessoas	15.00 m <sup>2</sup>	36.00 m <sup>2</sup>
	Sala Multifuncional	02	10 pessoas	20.00 m <sup>2</sup>	40.00 m <sup>2</sup>
	Laboratório de automação industrial	02	20 pessoas	40.00 m <sup>2</sup>	40.00 m <sup>2</sup>
	Laboratório de elétrica	02	20 pessoas	40.00 m <sup>2</sup>	40.00 m <sup>2</sup>

	Oficina mecânica	01	20 pessoas	40.00 m <sup>2</sup>	40.00 m <sup>2</sup>
	Marcenaria	01	20 pessoas	40.00 m <sup>2</sup>	40.00 m <sup>2</sup>
	Sala de Reuniões	02	10 pessoas	16.00 m <sup>2</sup>	16.00 m <sup>2</sup>
	Cursos de Paisagismo/ jardineiro	04	-	--	--
	Curso de Gastronomia	02	10 pessoas	30.00 m <sup>2</sup>	30.00 m <sup>2</sup>
	Sala de informática	03	12 pessoas	20.00 m <sup>2</sup>	20.00 m <sup>2</sup>
	<b>TOTAL:</b>				<b>527.00 m<sup>2</sup></b>
<b>Tabela 09: Pré-Dimensionamento setor alimentação e apoio logístico</b>					
<b>SETOR</b>	<b>AMBIENTES</b>	<b>QNTD.</b>	<b>Popul. total</b>	<b>ÁREA (M<sup>2</sup>)</b>	<b>ÁREA TOTAL (M<sup>2</sup>)</b>
SETOR ALIMENTAÇÃO E APOIO LOGISTICO	Cozinha	01	-	20.00 m <sup>2</sup>	20.00 m <sup>2</sup>
	Horta	02	-	40.00 m <sup>2</sup>	80.00 m <sup>2</sup>
	Cocção	01	--	30.00 m <sup>2</sup>	30.00 m <sup>2</sup>
	Pre- Lavagem dos carros	01	-	10.00 m <sup>2</sup>	10.00 m <sup>2</sup>
	Lavagem dos carros	01	-	10.00 m <sup>2</sup>	10.00 m <sup>2</sup>
	Preparo e guarda carros	01	-	10.00 m <sup>2</sup>	10.00 m <sup>2</sup>
	Deposito para Bebida	02	-	12.00 m <sup>2</sup>	24.00 m <sup>2</sup>
	Deposito para comida	03	--	12.00 m <sup>2</sup>	36.00 m <sup>2</sup>
	Sala para Nutricionista	01	-	20.00 m <sup>2</sup>	20.00 m <sup>2</sup>
	Refeitório func.	02	-	60.00 m <sup>2</sup>	120.00 m <sup>2</sup>
	Conjunto Sanitário Feminino	01	-	16.00 m <sup>2</sup>	16.00 m <sup>2</sup>
	Conjunto Sanitário Masculino	01	-	16.00 m <sup>2</sup>	16.00 m <sup>2</sup>
	Banheiro PCD	02	-	5.00 m <sup>2</sup>	10.00 m <sup>2</sup>
	<b>TOTAL:</b>				<b>402.00 m<sup>2</sup></b>
<b>Tabela 10: Pré-Dimensionamento setor de serviços</b>					
<b>SETOR</b>	<b>AMBIENTES</b>	<b>QNTD.</b>	<b>Popul. total</b>	<b>ÁREA (M<sup>2</sup>)</b>	<b>ÁREA TOTAL(M<sup>2</sup>)</b>
	Armazenamento de produtos	01	-	6.00 m <sup>2</sup>	6.00 m <sup>2</sup>
	Abrigo de Lixo	01	--	10.00 m <sup>2</sup>	10.00 m <sup>2</sup>
	Casa de gás	01	-	10.00 m <sup>2</sup>	10.00 m <sup>2</sup>
	Lavanderia	01	-	30.00 m <sup>2</sup>	30.00 m <sup>2</sup>

SETOR DE SERVIÇOS	Reservatório d'água	02	-	-	-
	Doca	01	--	-	-
	<b>TOTAL:</b>				<b>56.00 m<sup>2</sup></b>
<b>Tabela 11: Pré-Dimensionamento setor de lazer e convivência</b>					
<b>SETOR</b>	<b>AMBIENTES</b>	<b>QNTD.</b>	<b>ÁREA (M<sup>2</sup>)</b>	<b>ÁREA TOTAL (M<sup>2</sup>)</b>	
SETOR DE LAZER E CONVIVÊNCIA	Quadra poliesportiva	02	-	-	
	Praça	01	-	-	
	Área verde	-	-	-	
	Playground	02	-	-	
	Área para visitas	01	40.00 m <sup>2</sup>	40.00 m <sup>2</sup>	
	Abrigo de animais/ gato e cachorro	02	-	-	
	Abrigo para reciclagem	01	-	-	
<b>TOTAL:</b>				<b>40.00 m<sup>2</sup></b>	

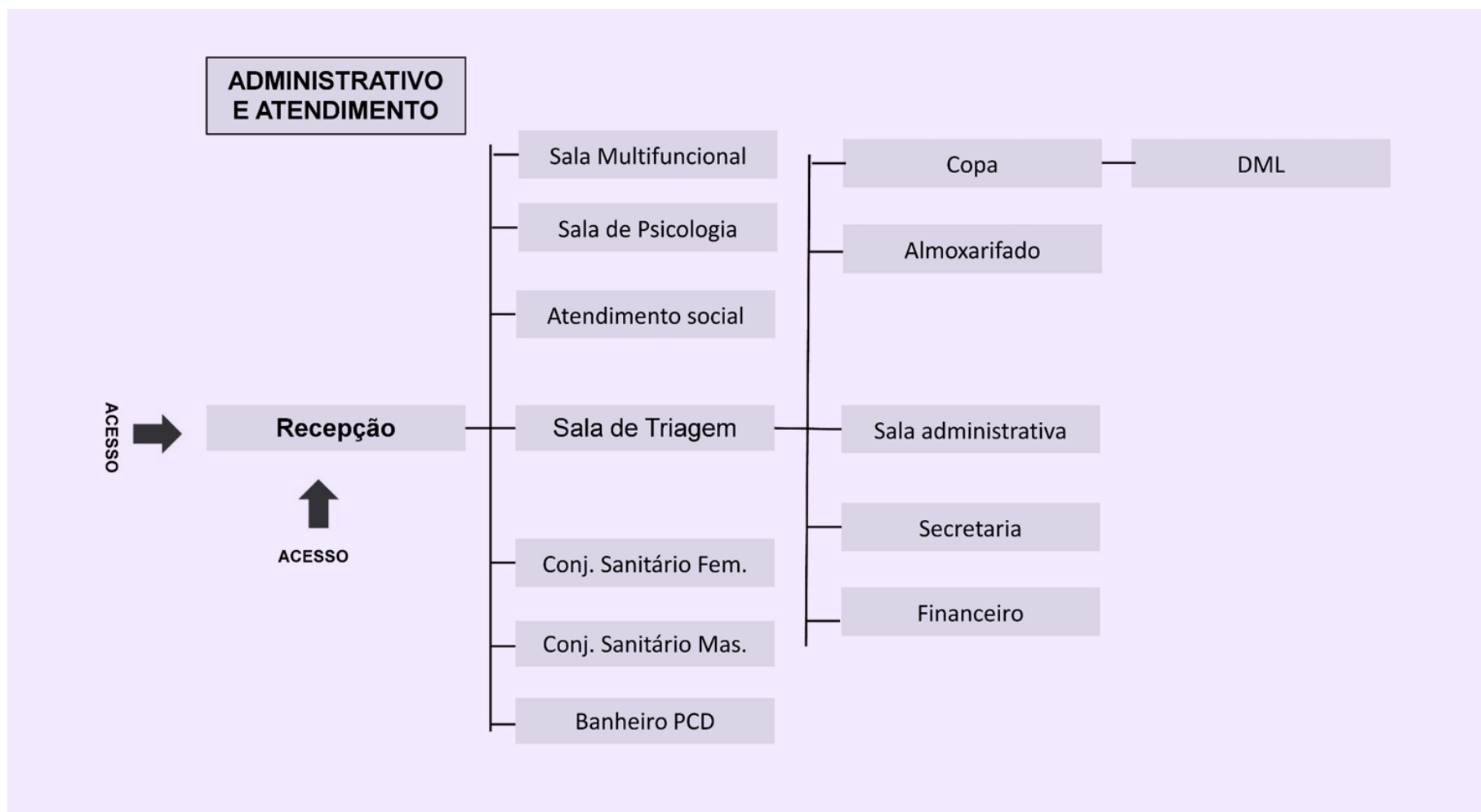
### Organograma/fluxograma

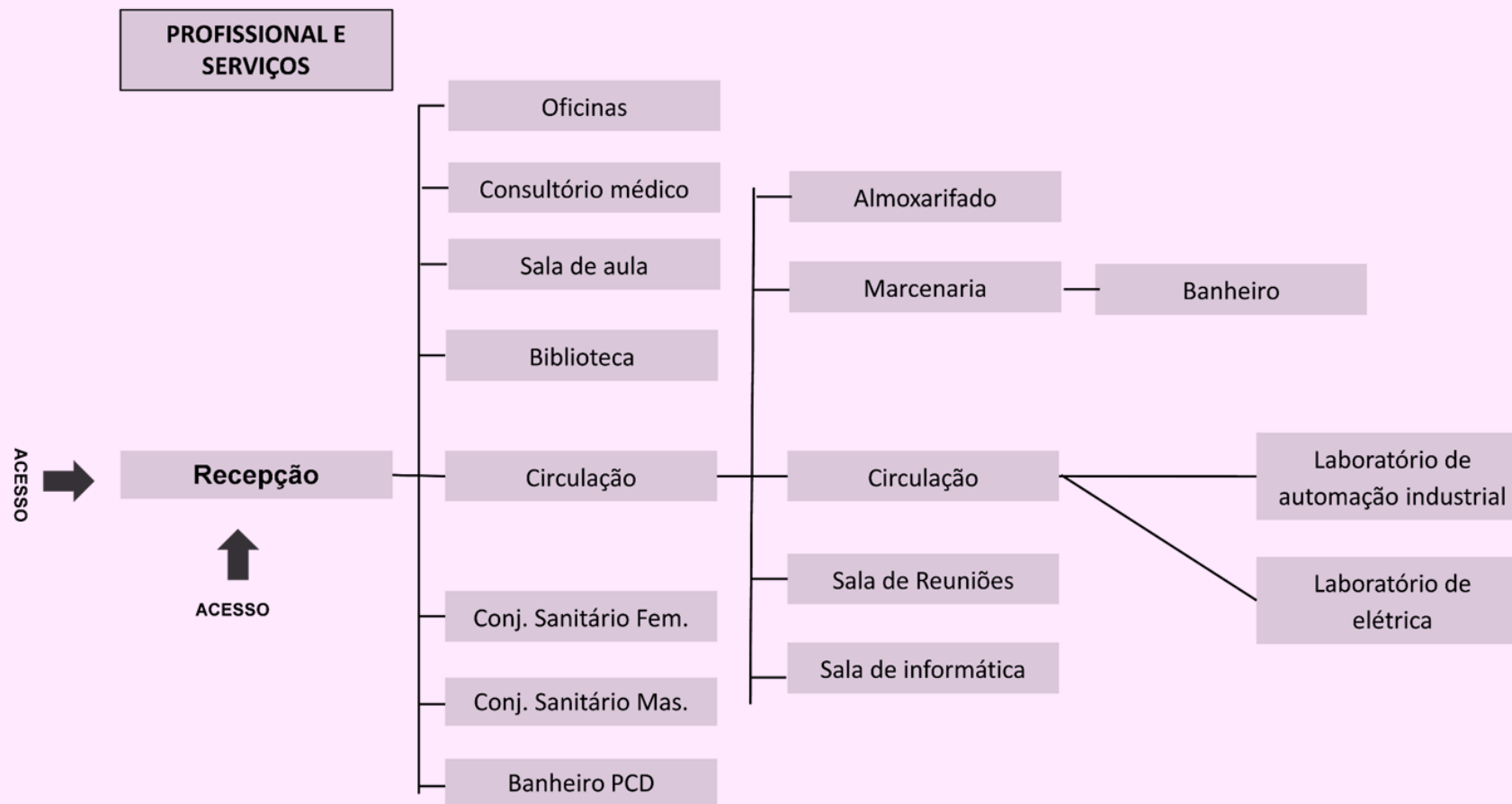
O esquema abaixo permite mostrar os setores do Centro de Acolhimento de forma que cada setor seja completar e funcional.

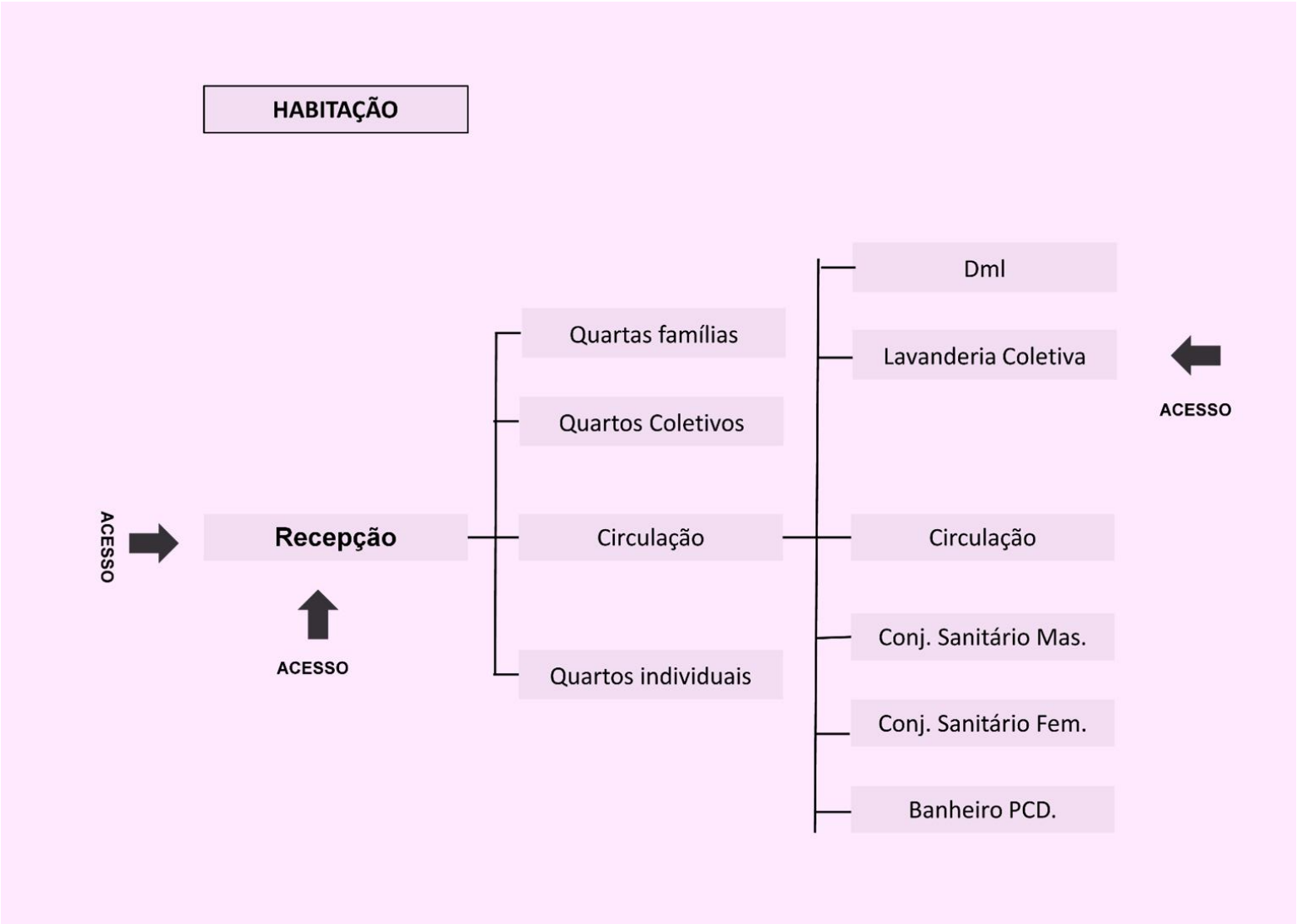


## Acessos

1. Acesso de parada rápida;
2. Acesso para entrada ao estacionamento público;
3. Acesso para saída do estacionamento público;
4. Acesso de Doca e funcionários ao estacionamento.

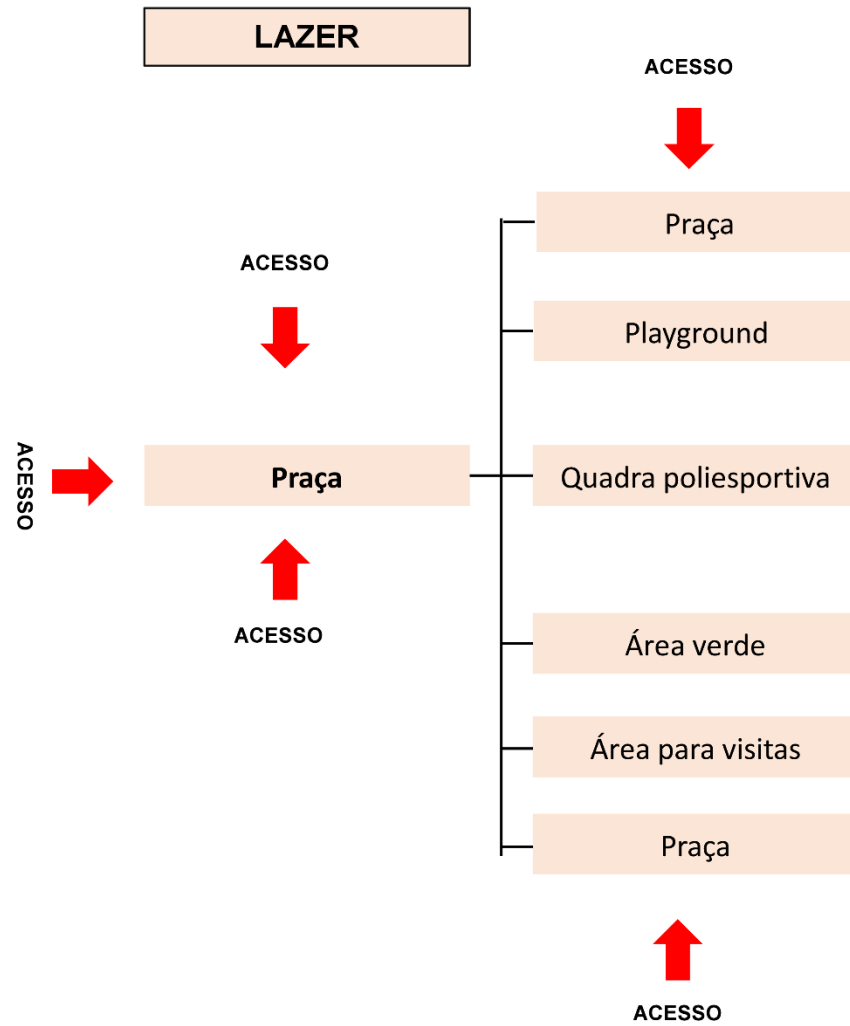






**ALIMENTAÇÃO E  
SERVIÇOS**






## 6.1. Processo de Projeto - Partido arquitetônico/urbanístico

O partido arquitetônico tem seu estilo contemporâneo e minimalista, nas premissas projetuais os conceitos utilizados é a sustentabilidade, integração entre os blocos, norteando também os métodos climáticos, como o conforto térmico, através da ventilação cruzada, iluminação natural, resfriamento evaporativo, entre outros.




A proposta arquitetônica foi concebida na forma segue a função, pois, criou-se primeiro os ambientes, estudos da insolação e conforto térmico e por último a estética, influenciada no minimalismo, cores neutras na fachada, pois, o local busca ser um local acolhedor aos moradores de rua, assim, criou um local com design mais singular para que essas pessoas sentissem confortável no local, para que tenha vontade de entrar, sem medo, porque muitos moradores já estão traumatizados com o preconceito nas ruas, e a proposta é acolher, ter um teto para dormir ou apoio quando precisar, e seguir a vida, assim foi proposto um setor profissional para que a pessoas possa se reiterar no mercado de trabalho, o local contém também psicólogos para o atendimento multidisciplinar.

## 6.2. Paisagismo

**Tabela 12: Tabela de Paisagismo**

<b>Figura ilustrativa</b>	<b>Nome científico</b>	<b>Nome popular</b>	<b>Clima</b>	<b>Altura</b>
	Plumeria rubra	Jasmim Manga	Clima quente, sol direto.	Até 8.00 m

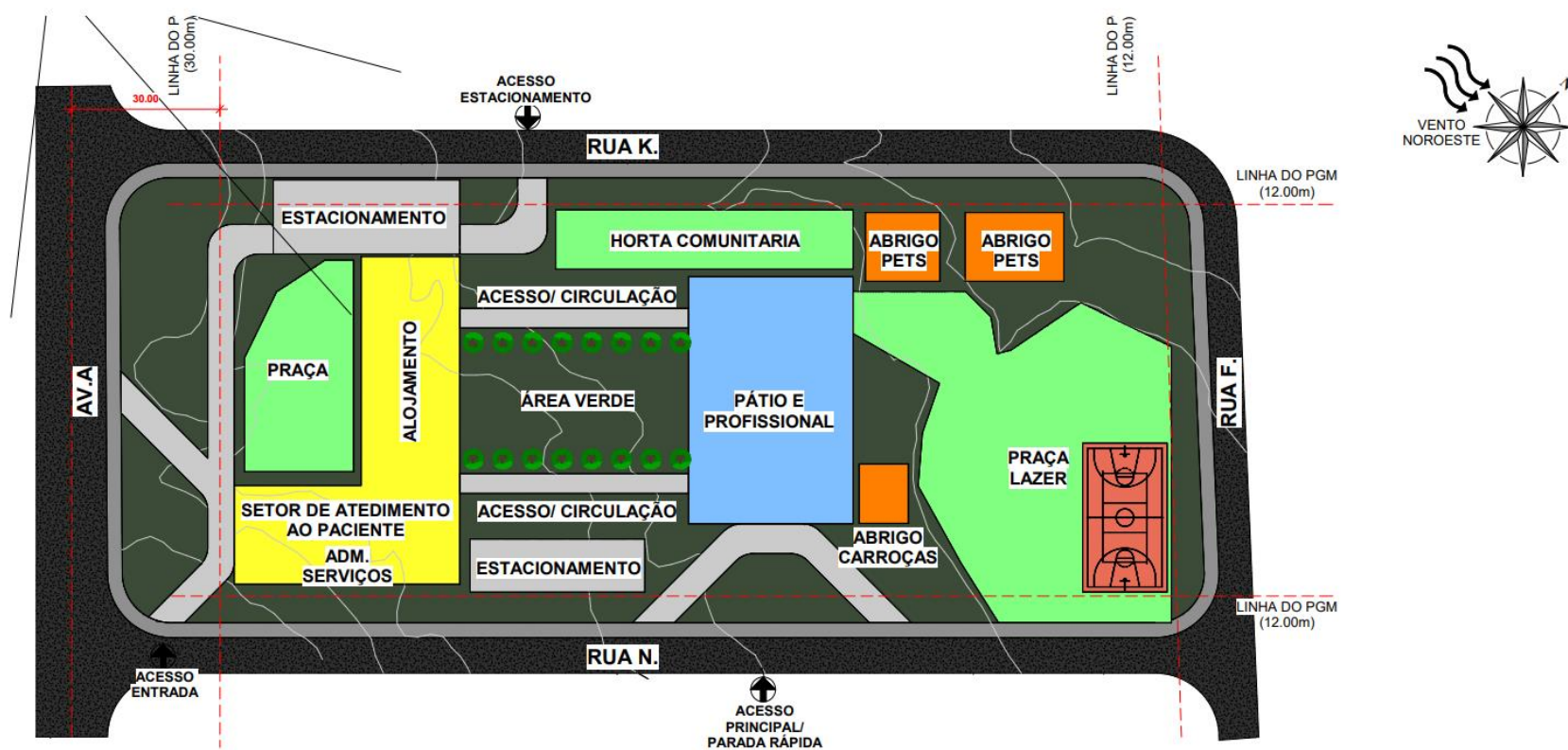
	Ixora Chinensis	Ixora	Climas tropicais	Até 1 m
	Licania tomentosa	Ipê Oiti	Nos climas Tropical subtropical	Entre 7.00 m a 14.00 m
	<i>Cestrum nocturnum;</i>	Dama-da-Noite	Clima quente, sol ou meio sol.	Entre 2.00 m a 3.00 m
	Licania tomentosa	Oiti	Clima quente	Até 15.00 m
	Bauhinia forficata	Pata-de-vaca	Clima quente	Até 8.00 m

	<b>Schinus terebinthifolius</b>	Aroeira ou arrueira	Clima quente <i>Equatorial</i>	Entre 2.00 m a 30.00 m
	<b>Dalbergia brasiliensis</b>	Jacarandá branco	Climas Tropical subtropical	Entre 5.00 m a 18.00 m
	<b><i>Mangifera indica</i></b>	Mangueira	Clima quente	Até 12.00 m

## 6.3 Ensaios Gráficos

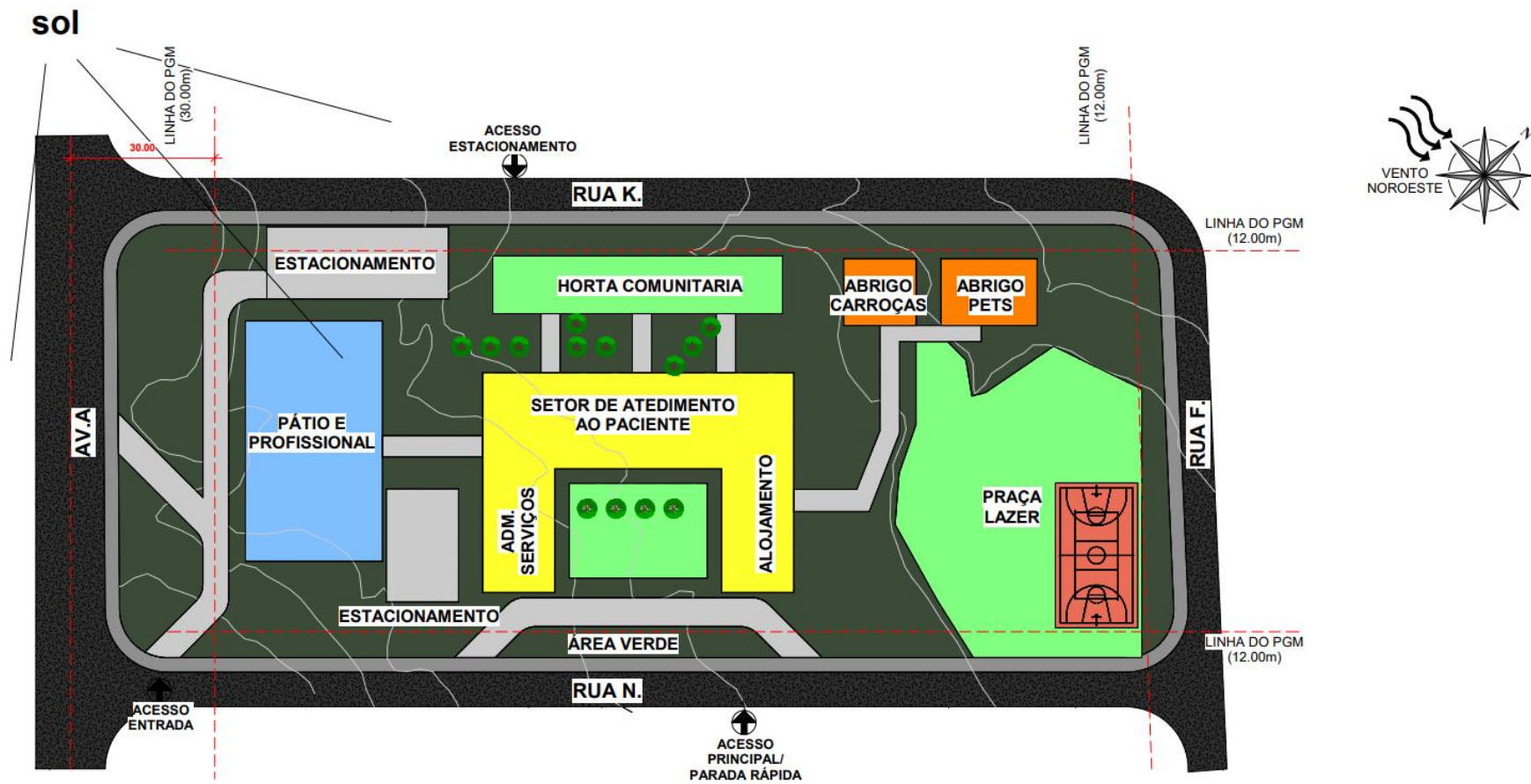
Nessa etapa vai ser apresentada a evolução do projeto até a conclusão no momento.

Figura 59: Implantação primeiros estudos



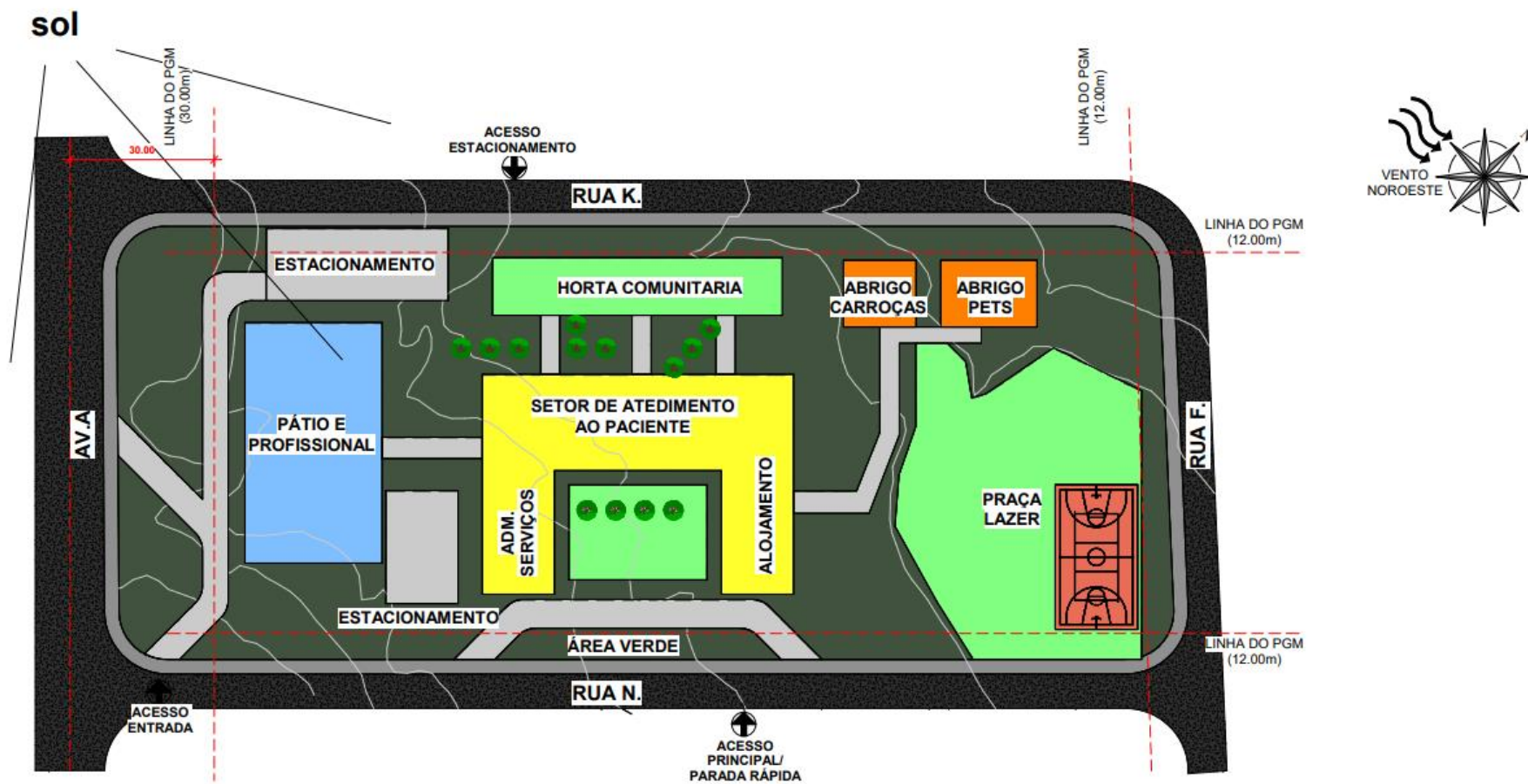
Fonte: Autoria própria, 2021

Figura 60: Implantação primeiros estudos



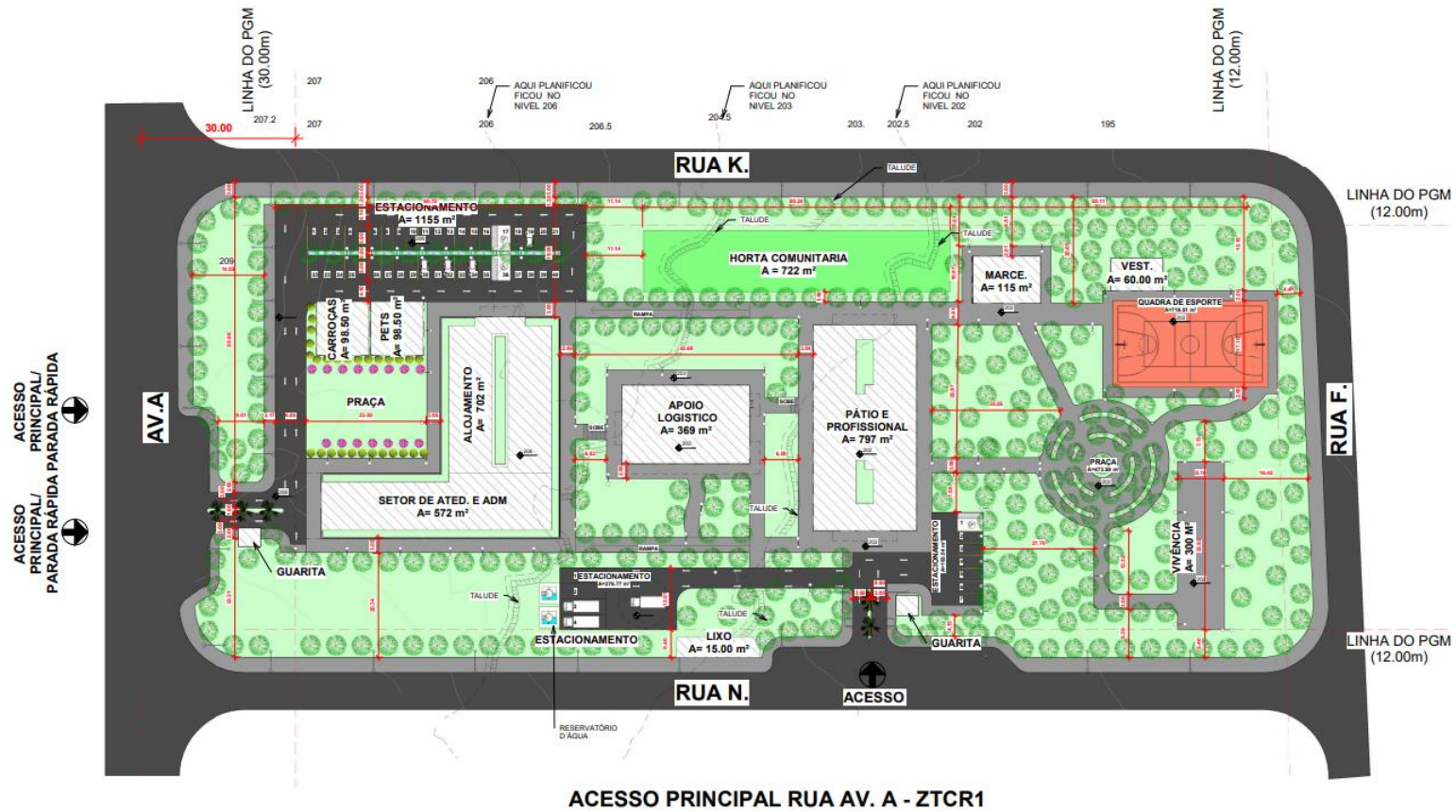
Fonte: Autoria própria, 2021

Figura 61: Implantação primeiros estudos



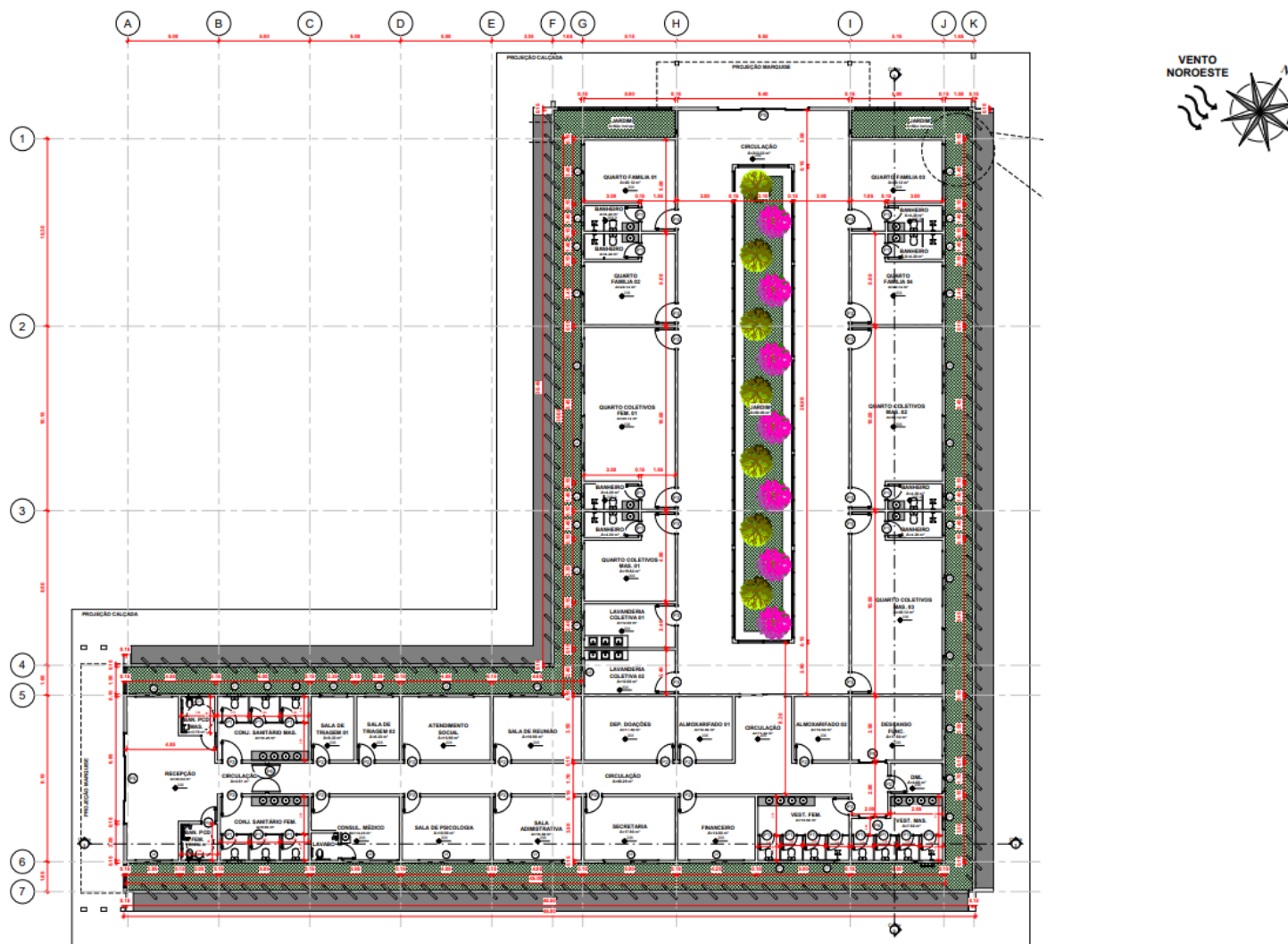
Fonte: Autoria própria, 2021

Figura 62: Implantação Final



Fonte: Autoria própria, 2021

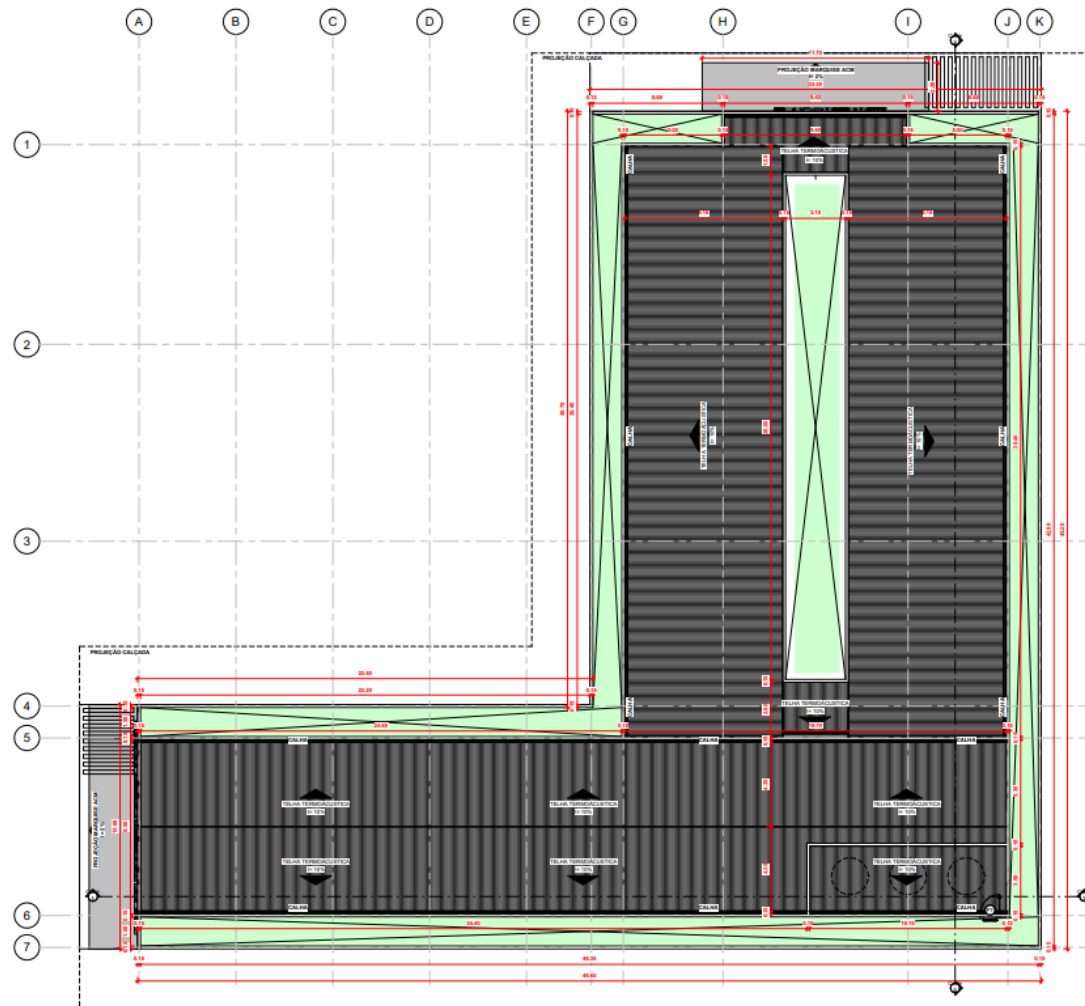
Figura 63: Planta Baixa Alojamento/ Adm.



Fonte: Autoria própria, 2021



Figura 65: Planta Baixa Alojamento/ Adm Cobertura



Fonte: Autoria própria, 2021

Figura 65: Planta Baixa Alojamento/ Adm. Corte



Fonte: Autoria própria, 2021

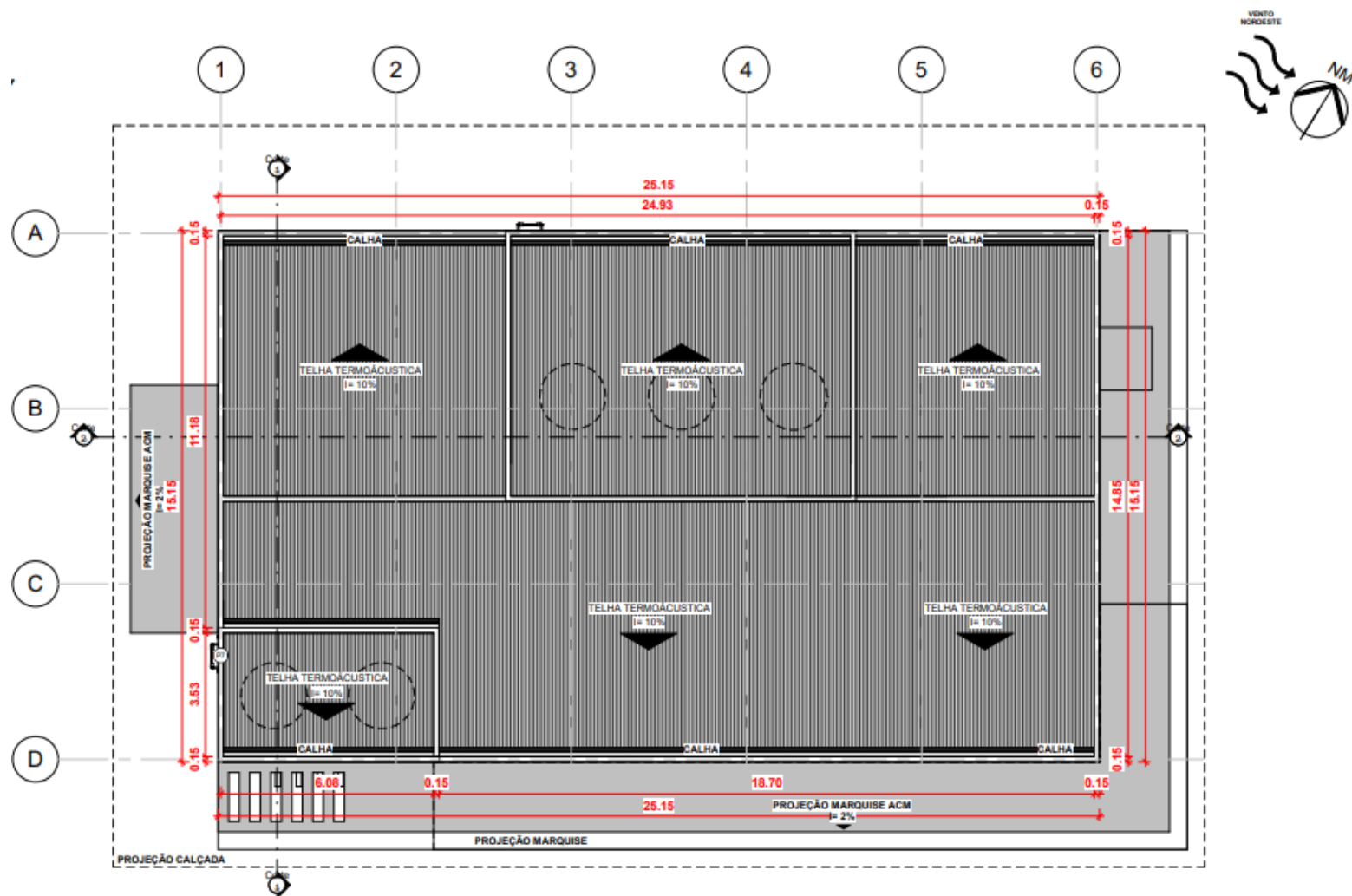
Figura 66: Planta Baixa Alojamento/ Adm Fachada



Fonte: Autoria própria, 2021



Figura 68: Planta Baixa Cozinha - Cobertura



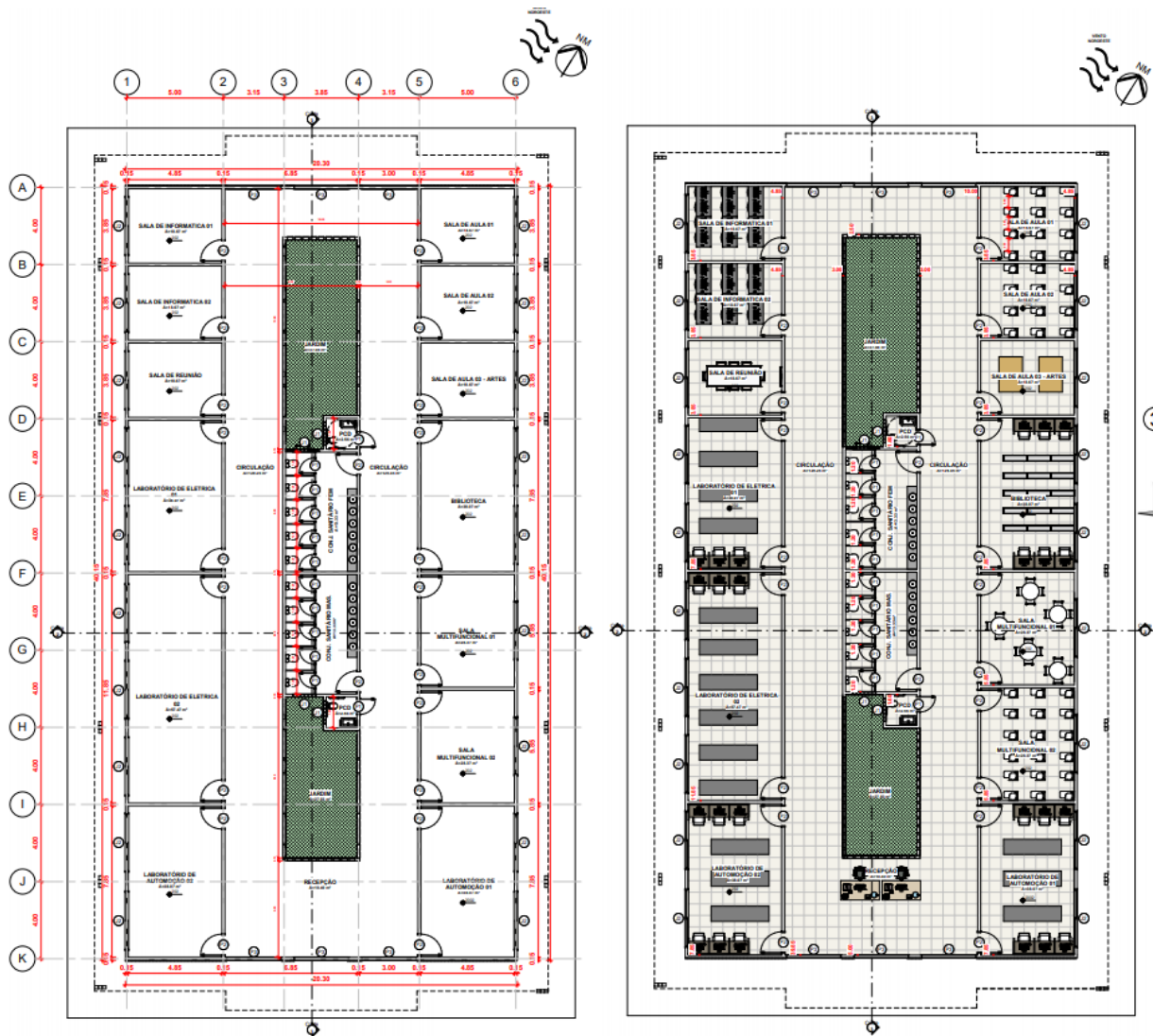
Fonte: Autoria própria, 2021

Figura 67: Planta Baixa Refeitório - Volumetria



Fonte: Autoria própria, 2021

Figura 68: Planta Baixa Profissional



Fonte: Autoria própria, 2021

Figura 67: Perspectiva



Fonte: Autoria própria, 2021

Figura 68: Perspectiva



Fonte: Autoria própria, 2021

Figura 70: Perspectiva



Fonte: Autoria própria, 2021

Figura 72: Perspectiva



Fonte: Autoria própria, 2021

Figura 73: Perspectiva Cursos



Fonte: Autoria própria, 2021

Figura 74: Perspectiva



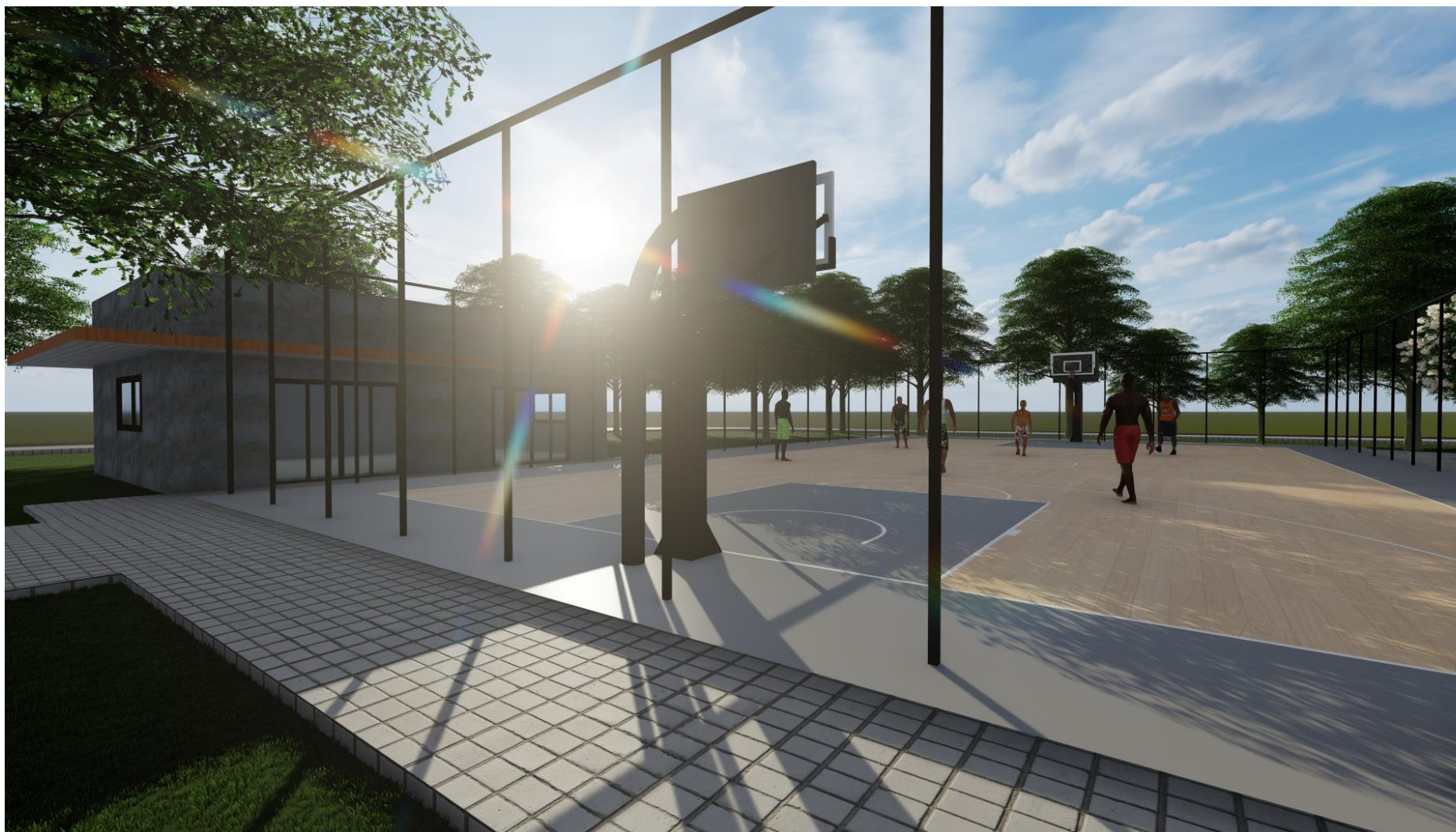
Fonte: Autoria própria, 2021

Figura 75: Perspectiva



Fonte: Autoria própria, 2021

Figura 76: Perspectiva



Fonte: Autoria própria, 2021

Figura 77: Perspectiva



Fonte: Aatoria própria, 2021

Figura 78: Perspectiva



Fonte: Aatoria própria, 2021

Figura 79: Perspectiva



Fonte: Autoria própria, 2021

Figura 80: Perspectiva



Fonte: Autorial própria, 2021

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no levantamento de dados, foram realizados estudos de casos e seguindo a fundamentação teórica que embasa esse trabalho, considera-se um trabalho de grande importância para a região de Cuiabá e para os moradores em situação de rua, em vista que estamos com um déficit de locais para abrigar esses moradores, considerando que estamos passando por uma pandemia onde os mesmos ficam ainda mais vulneráveis, esse projeto busca trazer esperança. A finalidade dessa proposta é tirar os moradores em situação de rua e abrigá-los com o intuito de fornecer uma moradia, um local para dormirem e também trazer a recuperação dos mesmos, incentivando e oferecendo cursos, para que um dia possa ser reinseridos na sociedade e retomar as suas vidas. Ainda que muitos estão nessa situação por causa das drogas ou alguma desavença familiar, é importante ter um local onde possam se cuidar e levar uma vida melhor e de qualidade.

No centro de acolhimento de pessoas com vulnerabilidade social possui salas para realização de cursos, alojamentos, praças, áreas para tratamentos com psicólogo, horta comunitária, área de esportes entre outros. O desejo é fazer com que eles se sintam em casa e acolhidos, e assim auxiliar na melhora de cada um. Podemos considerar que a proposta desse espaço é importante para a sociedade, dando apoio aqueles que mais precisam de ajuda.

## 8. REFERÊNCIAS

AQUINO, Adejá de. Habitação Popular. **A penúria da moradia na periferia urbana**. Notas sobre regularização fundiária. Cuiabá: Ed UFMT, 2009.

ATTANASIO JÚNIOR, Mario Roberto. **A função social e ambiental da propriedade e o ordenamento territorial do município**. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp012548.pdf>. Acesso em: 03 out. 2020.

BARROS, Felipe Maciel Pinheiro. **Regularização Fundiária & Direito à Moradia** - Instrumentos Jurídicos e o Papel dos Municípios. Curitiba: Juruá, 2014.

BRASIL, República Federativa do. **Projeto de Lei 707/20**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/648119-projeto-assegura-tratamento-digno-a-moradores-de-rua-durante-epidemia-ou-pandemia/>. Acesso em: 06 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei 2815/20**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/680018-proposta-exige-centros-de-acolhimento-para-populacao-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 06 dez. 2020.

CARVALHO, André de Souza. **Vivendo às margens**: habitação de interesse social e o processo da segregação socioespacial em Curitiba. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/129103/329351.pdf?sequence=1>. Acesso em: 05 nov. 2020.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Morar na rua: realidade urbana e problema público no Brasil. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 975-1004, Dec. 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-99962019000300975&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962019000300975&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 05 nov. 2020.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. População em situação de rua; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/populacao-situacao-rua.htm>. Acesso em: 05 nov. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Ana Maria Isar dos Santos; STEINBERGER, Marília. Democracia participativa na regularização fundiária urbana: o projeto Lomba do Pinheiro, Porto Alegre. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, n. 41, p. 292-319, abr. 2016. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222016000100292&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222016000100292&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 05 nov. 2020.

MATO GROSSO, Poder Judiciário. **Lei nº 8.080/90**. Disponível em: <https://www.enfam.jus.br/wp-content/uploads/2020/05/Med.-Res.-A%C3%A7%C3%A3o-Civil-P%C3%ABblica.-Aux%C3%ADlio-pessoas-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua.-Sil%C3%AAncio-do-Executivo.-Determina%C3%A7%C3%B5es-de-apoio.-Deferimento-parcial.-TJMT.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2020.

MENTZ, Letícia de Mesquita. **Abrigo para adultos em situação de rua**. Trabalho de Conclusão de Curso. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. A questão habitacional no Brasil. **Mercator (Fortaleza)**, Fortaleza, v. 16, e16015, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-22012017000100214&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-22012017000100214&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 nov. 2020.

PALOMBINI, Leonardo Lahm. Dos subespaços ao território descontínuo paradoxal: os moradores de rua e suas relações com o espaço urbano em Porto Alegre/RS – Brasil. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/128895/000975895.pdf?sequence=1>. Acesso em: 05 nov. 2020.

PEREIRA, Ludmila Vasco de Toledo. **Albergue para pessoas em situação de rua**. Instituto de Pós-Graduação (IPOG). Campo Grande, MS, 2014.

RAMOS, Leonardo Serrat de Oliveira. **Moradia digna**: plurissignificação necessária para compreensão do mínimo existencial. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36356/000817546.pdf?sequence=1>. Acesso em: 05 nov. 2020.

RUBIN, Graziela Rossatto. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. **Ciência e Natura**, v. 36 n. 2 mai-ago. 2014.

SANTOS, Gilmar Trindade dos. **Políticas públicas para a população em situação de rua**. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3307/1/Gilmar%20Trindade%20dos%20Santos%20-%20Monografia%20vers%C3%A3o%20definitiva.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2020.

SICARI, Aline Amaral; ZANELLA, Andrea Vieira. Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 38, n. 4, p. 662-679, out. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932018000500662&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000500662&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 nov. 2020.

SILVA, Maria Lucia Lopes. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009

ZÜRCHER, Patricia de Figueiredo Ferreira. **Política habitacional no Brasil**: equívocos repetidos ou negações perpetuadas? Elementos para análise. Disponível em: [http://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo\\_3\\_277.pdf](http://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_277.pdf). Acesso em: 05 nov. 2020.

ArchDaily Brasil. **Centro Comunitário Woodroft**. 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/939755/centro-comunitario-woodroft-carter-williamson-architects> ISSN 0719-8906. Acessado 09/12/2020.

LoebCapote. **Projeto Oficina Boracea**. 2020. Disponível em: [http://www.loebcapote.com/projetos/19/imagens?by\\_image\\_type=4](http://www.loebcapote.com/projetos/19/imagens?by_image_type=4). Acesso: 08/12/2020.

Leonardo Finotti Architectural Photographer. **Albergue Da Boa Vontade Affonso Reidy, Gerson Pinheiro**. 2020. Disponível em: <http://www.leonardofinotti.com/projects/albergue-da-boa-ontade/image/27606-160120-001d>. Acesso: 07/12/2020.

ArchDaily. **Centro Social Comunitário/3 Arquitectos**. 2013. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-121961/centro-social-comunitario-slash-3-arquitectos>. Acesso: 08/12/2020.

ArchDaily. **Bud Clark Commons/Holst Architecture**. 2011. Disponível em: <https://www.archdaily.com/189376/bud-clark-commons-holst-architecture>. Acesso? 06/12/2020.

ArchDaily. **Centro Comunitário La Queue du Lézard/Rue Royale Architectes**. 2014. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/601408/centro-comunitario-la-queue-du-lezard-slash-rue-royale-architectes>. Acesso: 04/12/2020...